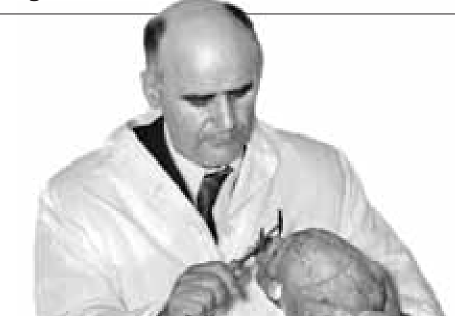
Abrir portas onde se erguem muros

Director: David Pontes **Domingo, 11 de Agosto de 2024** • Ano XXXV • n.º 12.519 • Diário • Ed. Porto • Assinaturas 808 200 095 • **1,90€**



Entrevista
Miguel Prata Roque: "O Partido Socialista está arterioesclerosado"

P2



Racismo em português
Angola, a violência invisível no antigo quotidiano colonial

P2

MARTIN DIVISEK/EPA

Público P

Jogos Olímpicos
Portugal conquista ouro histórico no ciclismo de pista em Paris

Destaque, 2 a 7

Dois anos depois, limpeza dos órgãos consultivos do Estado ficou na gaveta

Dois anos após o Conselho Económico e Social identificar mais de 400 órgãos consultivos na esfera do Estado, a intenção de os reorganizar para reduzir despesas permanece sem avanços. Apesar do consenso sobre a necessidade de reestruturação, não houve progressos concretos desde então. O novo Governo ainda está a analisar as estruturas existentes, mas nenhum passo decisivo foi dado. A proliferação destes órgãos, que aumenta os custos, continua sem controlo, enquanto se aguardam medidas efectivas Política, 12/13

78 mil recusas
Jovens apontam falhas e erros na atribuição do prémio salarial

Sociedade, 14

Empréstimos
Crédito pessoal sem finalidade específica cresce 39% no semestre

Economia, 24/25

Faixa de Gaza
Cem mortos em ataque de Israel a escola que servia de abrigo

Mundo, 21



Trabalho
Justiça condena TAP por manter piloto em terra desde 2019

Sociedade, 15

ISSN-0872-1556

Geração de ouro: Portugal é campeão olímpico na pista



Há duas coisas que unem Iúri e Rui: ambos são de segundo plano na estrada, mas são, na pista, do melhor que há no mundo. Ontem, provaram-no em Paris

Diogo Cardoso Oliveira, em Paris

Duas provas, duas medalhas. Iúri Leitão não veio a Paris brincar e, depois da prata do omnium, juntou-se a Rui Oliveira para garantirem a quarta medalha de Portugal nos Jogos Olímpicos. E esta não é uma qualquer, é de ouro. É o primeiro ouro olímpico português fora da esfera do atletismo.

O ouro na prova de *madison* do ciclismo de pista, feita a pares, mostrou que Portugal tem matéria-prima para se tornar uma potência da modalidade. Não, não tem representantes em todas as provas – e isso veda-lhe o estatuto de potência no presente –, mas os que tem são de primeira água – e isso vale-lhe a esperança de estatuto de potência no futuro.

O velódromo de Sangalhos, uma fábrica de medalhas, é o local que dá argumentos a quem diz que basta haver apoios e investimento para Portugal prosperar no desporto. Leitão disse-o há dias e Pichardo afirmou-o anteontem – embora o triplista seja, apesar de tudo, um privilegiado no contexto do projecto olímpico nacional, com ganhos que a maioria dos atletas nem sonha.

Mas vamos ao ciclismo. Iúri Leitão veio a Paris divertir-se – e isso é óbvio na postura leve e sorridente que tem em todos os momentos –, mas, na hora de trabalhar, encarou os Jogos Olímpicos como se a sua vida dependesse de uma medalha. Ou de duas. Onde tocou, fez milagres, como Midas, e é alguém que, por muito que goste da estrada, precisa da pista.

Já Rui Oliveira é diferente. Tem tido uma carreira muito mais forte na estrada, fazendo parte das equipas da Emirates que conquistam provas importantes. O salário é outro, a companhia é outra, o profissionalismo é outro e as provas em que pode entrar são outras. Nada na "piscina dos grandes", mesmo não sendo primeira aposta da UAE para liderar a equipa em prova alguma.

Apesar destas diferenças de contexto competitivo, há duas coisas que unem Iúri e Rui: ambos são de segundo ou terceiro plano na estrada e ambos são, na pista, do melhor que há no mundo. Ontem, provaram-no. Bateram Itália e Dinamarca, com 55 pontos, contra 47 e 41 dos rivais europeus.



Não eram favoritos

Este resultado tem um contexto diferente dos outros bons momentos que Portugal já viveu em Paris. Leitão no omnium era um óbvio candidato às medalhas, por muito que quisesse gerir expectativas a falar de uma presença no top 8.

Para Pichardo, tudo o que não fosse ouro seria derrota – dizemo-lo nós e disse-o o próprio, esvaziando a retórica de quem acha que todos os resultados olímpicos devem ser glorificados sem espírito crítico e análise de contexto. Para Patrícia Sampaio, a medalha foi uma total surpresa por parte de quem se superou. Já Gabriel Albuquerque era candidato ao pódio, mas, aos 19 anos, não pôde desdenhar um diploma.

Mas o *madison*, para Leitão e Oliveira, era diferente de todos estes casos. Era das provas nas quais não se poderia pedir medalha, mas ficar fora do top 8 também saberia a pouco. A dupla portuguesa estava ali em "terra de ninguém", algo patente até nas principais casas de apostas, que vacilavam entre o oitavo e o nono lugares na previsão de favoritismo de Portugal. Enganaram-se. Estes dois são de ouro.

Iúri Leitão e Rui Oliveira optaram por uma estratégia mais conservadora no início e conseguiram surpreender a concorrência com uma ponta final de grande nível

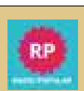


A dupla portuguesa estava em "terra de ninguém", algo patente até nas casas de apostas, que apontavam ao 8.º ou 9.º lugares nas previsões

Como aconteceu

Rui e Iúri chegaram muito cedo ao velódromo de Sain Quentin-em-Yvelines, nos arredores de Paris. Sentaram-se na *box* de Portugal, que fica bem no centro do recinto e numa zona bem quente, tal é a ineficácia do ar condicionado no velódromo. Também por isso Rui Oliveira esteve boa parte do tempo de tronco nu, enquanto Iúri, inicialmente mais vestido, se recostou na cadeira, como se estivesse na praia de Moledo, em Viana, a fitar o mar.

A prova não é difícil de explicar. São 200 voltas à pista, sendo que há *sprints* com pontos a cada dez voltas. Em cada dupla, um ciclista está a competir e o outro está inactivo no topo da pista, podendo trocar sempre que quiserem.

Apoio: 

JOSÉ SENA GOULÃO/LUSA



Reacções

Rui Oliveira: "Pensei desistir dos Jogos para dar o lugar ao meu irmão"

Diogo Cardoso Oliveira, em Paris

Estamos no velódromo dos Jogos Olímpicos, nos arredores de Paris. Portugal acaba de ganhar uma medalha de ouro no ciclismo de pista, conquistada a pares, e Rui Oliveira, um dos campeões, chega ao pé da imprensa e desfaz-se em lágrimas. Com os lábios a tremer e os olhos encharcados, aquilo que lhe sai primeiro é dizer "nunca ganhei uma corrida na minha vida". Não é rigorosamente verdade, porque já ganhou, mas é verdade que tem estado longe de conquistas há alguns anos.

E é por isso que Oliveira tem duvidado de si próprio. E é também por isso que pensou desistir destes Jogos Olímpicos, dizendo que lhe passou pela cabeça dar o lugar ao irmão, Ivo Oliveira. "Passei alguns anos difíceis. O meu irmão também deveria estar aqui. E tenho orgulho de o representar a ele. Houve momentos em que pensei não vir aos Jogos e dar o lugar ao meu irmão, que passou momentos difíceis, se calhar mais do que eu", disparou, emocionado.

Na selecção portuguesa para Paris, Iúri Leitão, como campeão do mundo de *omnium*, teria sempre um lugar quase garantido. Depois, faltava escolher o par. Rui Oliveira e Ivo Oliveira, irmãos gémeos, eram os candidatos mais fortes, embora também houvesse boa qualidade em João Matias. Portugal teve de escolher e um dos irmãos ficou fora.

Rui Oliveira esteve numa montanha-russa de emoções enquanto falou com a imprensa portuguesa. Chorou, tremeu, sorriu, disse um par de piadas, surpreendeu-se com informações que recebia, parou o discurso pelo cansaço, respirou fundo e perdeu-se a meio das frases, levado pela emoção. "Ser atleta é duvidares de ti mesmo muitas vezes. Passei por muitas incertezas. Já estive perto de ganhar muitas vezes. Fiz quartos e segundos lugares muitas vezes. Foram muitas frustrações acumuladas. E nunca, nunca, nunca na minha vida pensei que poderia estar aqui a discutir o ouro. Isto é um sonho. Ainda não estou em mim. Não sei o que dizer mais".

Iúri sentiu que seria possível

Rui Oliveira e Iúri Leitão correram como dupla, mas vieram para esta corrida com perspectivas diferentes. Rui estava com incertezas, até pelas más sensações que teve no treino do dia anterior, com algumas dificuldades para respirar – contou-nos Leitão, dizendo que lhe pediu calma e o tranquilizou.

E Iúri estava numa posição mental bem diferente quando se dirigiu para o velódromo. "Ontem[anteontem], ouvi que o Pichardo foi apenas o segundo da história de Portugal com ouro e prata na carreira. E eu pensei: 'Na forma que eu estou e com o colega que eu tenho e com a táctica perfeita, acho que isto não me vai escapar...'. Estava confiante num bom resultado e disse ao Rui que ia ser o nosso dia."

Mas se Leitão se sentia melhor do que Rui no plano mental, isso não foi assim no domínio físico. No fundo, Leitão foi resgatar Oliveira no plano psicológico e Oliveira resgatou-o na falência física. "O cansaço de quinta-feira começou a mostrar-se. Avisei o Rui de que não estava no meu melhor dia, mas isto não é uma corrida só de um ciclista. Se eu no final consegui ir buscar forças onde não as tinha, foi muito pelo Rui. Ele só teve uma oportunidade de competir e eu tive duas. Não seria justo deixá-lo na mão."

O duplo medalhado nestes Jogos confidenciou ainda que a primeira fase de corrida mais modesta era uma estratégia, já que "sabia que os últimos cinco minutos seriam fundamentais, a fadiga iria instalar-se" e iriam ter "a última bala para gastar".

Leitão, apesar do cansaço, prestou-se a fazer uma leitura de corrida bastante detalhada. "Esta prova corre-se mais com experiência do que previsões. Aqui temos de ser muito frios e saber ler a prova. Analisar que equipas estavam a gastar muita ou pouca energia. Somos conhecidos pelos adversários por sermos muito frios e por termos sempre uma palavra a dizer na parte final".



Rui Oliveira

Começou Iúri Leitão como corredor activo na dupla portuguesa e a primeira rendição não foi famosa, com uma pequena hesitação da dupla. Os portugueses fizeram uma primeira parte de prova discreta, na cauda do grupo, sem capacidade para irem aos *sprints*.

Antes do quarto *sprint*, uma rendição na parte superior da pista, "às escondidas" de toda a gente, permitiu a Leitão atacar no ângulo morto dos adversários e seguir sozinho para conquistar uma volta. Isso permitiu ir buscar os cinco pontos do *sprint* e acabou por haver um esforço conjunto com a dupla espanhola. Não estava fácil ir buscar pontos de volta, mas os pontos de *sprint* deixavam Leitão e Iúri na liderança da prova.

A corrida acalmou nessa fase, com pelotão compacto durante algumas voltas e com quase todos a recuperarem energias. A dupla italiana, em posição de ouro, ainda conseguiu ir buscar 20 pontos de volta de avanço, aproveitando um erro táctico de várias equipas que encabeçavam o pelotão e escolheram rendições segundos depois do ataque italiano.

Um ataque franco-espanhol pouco depois criou nos portugueses a sensação de que aquela movimentação não poderia ser perdida, parando a aventura dessas duplas.

Estávamos a meio da prova, com Portugal no sétimo lugar, posição que baixou com o passar das voltas. A dupla portuguesa parecia não ter "peito" suficiente para ataques. A 45 voltas do fim, a corrida portuguesa poderia definir-se: se o grupo com Espanha, Dinamarca e Itália tivesse sucesso, as medalhas ficariam à mercê. Sem sucesso, teria sido, provavelmente, desgaste decisivo.

Houve aliança com a Nova Zelândia e Japão logo a seguir, numa fase de prova completamente louca, sem pelotão definido, e os companheiros de aventura distraíram-se num segundo, após rendição japonesa algo trapalhona, deixando Portugal prosseguir sozinho.

Era ali ou não era mais. Com volta de avanço, era medalha. Sem volta, dificilmente seria. E deu mesmo volta. Portugal em posição de prata. E logo a seguir de ouro, com *sprint* bonificado.

Breves

Atletismo

Tola bateu recorde na maratona, Samuel Barata foi 48.º

O etíope Tamirat Tola conquistou ontem a medalha de ouro na maratona dos Jogos Olímpicos Paris 2024, ao concluir o percurso em 2h06m26s, batendo o recorde olímpico. O campeão do mundo da distância em 2022, em Oregon, EUA, terminou a corrida com 21 segundos de avanço sobre o belga Bashir Abdi, medalha de prata, e 34 sobre o queniano Benson Kipruto, de bronze. A um dia de completar 32 anos, Tamirat Tola derrubou o recorde olímpico que pertencia ao queniano Samuel Wanjiru, quando em Pequim 2008 fez 2h06m32s. Já Samuel Barata, único português na maratona masculina, não foi além da 48.ª posição, terminando a 6m57s do vencedor.



Canoagem

Teresa Portela encerra Jogos no top10 do K1 500m

Teresa Portela terminou ontem em segundo lugar a final B da prova olímpica de K1 500m, em Paris. No Estádio Náutico em Vaires-sur-Marne, a canoísta portuguesa, de 36 anos, concluiu a distância em 1m52,38s e só foi superada pela sérvia Milica Novakovic (1m51,55s). Portela surgia nesta final B como uma das favoritas a ganhar a corrida e esteve quase sempre no trio da frente. Aos 250m (54,42s), ocupava já a segunda posição, que conseguiu segurar até à meta, apesar da resposta forte da concorrência. Contas feitas, arrancou um 10.º lugar no total da distância (as oito primeiras competem na final A) e mostrou-se "orgulhosa".

Canoagem

Fernando Pimenta, uma lenda que teve um dia mau

Marco Vaza, em Paris

O canoísta português partiu bem na final de K1 1000m, e liderava a meio da prova, mas acabou por ficar longe das medalhas

Fernando Pimenta já ganhou quase tudo na canoagem. Várias vezes. O "quase" do mais titulado atleta da história do desporto português chamava-se Jogos Olímpicos, para ele sempre uma experiência de sentimentos contraditórios. Como podia ele sentir-se o melhor se nunca tinha sido o melhor num palco olímpico? À quarta tentativa, o atleta de Ponte de Lima não foi o melhor, nem ficou lá perto. Pimenta, um dos duplos medalhados olímpicos de Portugal, foi apenas sexto classificado, depois de uma corrida em que parecia determinado a ser primeiro. Se uma medalha de bronze já seria uma consolação, para ele um diploma é igual a nada.

Na última manhã da canoagem no estádio náutico de Varnes-sur-Maire, Pimenta atravessou a formalidade das meias-finais sem esforço para se colocar entre os oito caiaques que iriam lutar pelas medalhas. Pelo que se tinha visto, seria ele contra os húngaros, os que tinham ficado à sua frente em Tóquio. Esta seria uma corrida para cumprir uma promessa e sentir-se vingado por frustrações passadas. A partir da pista três, Pimenta estava pronto para as duas coisas.

Foi logo para a frente, como tantas vezes faz. Logo aos primeiros metros, Pimenta pagaiou com uma cadência determinada e rapidamente ganhou meio barco de vantagem. Assumiu o primeiro lugar, com relativa naturalidade, até cerca de 300 metros do fim. Depois, o checo Josef Dostal, que estava à direita do português e nunca muito longe, chegou-se à frente e Pimenta foi perdendo gás.

Nos últimos 200m, o canoísta minhoto já seguia em terceiro e, à medida que a meta se aproximava, continuava em quebra. Quarto, depois quinto e, finalmente, sexto, sem reservas para mais. Dostal, vice-campeão olímpico de 2016, ficou mesmo na frente (2m24,07s) e, atrás dele, os dois húngaros, Adam Varga e Balint Kopasz. O "neutro Kravetz ficou em quarto e até o argentino Augustin Vernice passou Pimenta em cima da meta.

O português concluiu o percurso em 3m29,59s, a mais de cinco segundos do vencedor e, depois, pareceu que lhe estava a custar sair da água. Enquanto os outros se encaminhavam para a margem, Pimenta era um retrato de apatia e resignação, parado dentro do seu caiaque.

HUGO DELGADO



Pimenta ainda se demorou no caiaque, depois do fim da prova

> **Nos últimos 200m, o português já seguia em terceiro e, com a meta a aproximar-se, continuava em quebra. Quarto, depois quinto e, por fim, sexto, sem reservas para mais**

Triunfos e tormentos

A história olímpica de Fernando Pimenta tem sido feita de triunfos e tormentos. Quando entrou em acção nos Jogos de Londres, a pagaiar com Emanuel Silva no K2 1000 metros, ficou com a prata (muito perto do ouro), naquela que foi a primeira medalha olímpica da canoagem portuguesa e a única conquistada pela comitiva nacional em 2012. Nessa edição dos Jogos, essa prata soube a ouro e foi festejada a bater no peito.

Depois desses Jogos, Pimenta fez a transição para o K1 porque sentia que tinha legitimidade para isso – e teve problemas por isso. Mas os resultados que teve foram a prova de que tinha razão. E, no Rio de Janeiro, quatro anos depois, ele já era o ponta-de-lança de uma forte comitiva de canoagem candidata a alcançar vários pódios. Só que a lagoa Rodrigo de Freitas, e as suas algas marotas, puxaram o caiaque de Pimenta para trás, para quinto, quando ele se sentia na melhor forma da carreira.

Cinco anos depois, quando chegou a Tóquio, o bronze na final pareceu não o satisfazer por completo, mas mudou completamente de expressão quando teve a medalha na mão e uma chupeta na boca, a mostrar ao mundo que, para além de ser duplo medalhado olímpico, também era pai de uma menina. E em Paris, de novo a sentir que estava na melhor fase da carreira, também entrou para que fosse um dia de triunfo. Mas foi de tormenta.

Aplausos, autógrafos

Já passou cerca de uma hora após a final. Fernando Pimenta já está liberto da pressão competitiva e da pressão mediática das entrevistas, e caminha a passo acelerado para o fim de festa da canoagem olímpica, marcado para a parte de trás das bancadas. Lá, estão à espera dele a mulher, os dois filhos, mais família e muitas dezenas de portugueses. O desportista profissional desaparece para dar lugar ao homem. Pimenta pega nos filhos ao colo e sorri pela primeira vez neste dia.

Enquanto o faz, faz-se ouvir uma salva de palmas demorada para o grande campeão português. Não apenas dos seus compatriotas, mas de todos. Alemães, espanhóis, húngaros, toda a tribo da canoagem presta vassalagem ao grande campeão português, uma lenda com 145 medalhas internacionais, entre elas, duas olímpicas, cinco títulos mundiais e sete europeus.

À salva de palmas, seguem-se os pedidos de autógrafos e fotografias. Desde um rapaz com um equipamento da Associação Desportiva Os Limianos, de Ponte de Lima, a um canoísta polaco que lhe pede um autógrafo no próprio equipamento. Fernando Pimenta responde a todos com um sorriso. Não teve uma medalha olímpica, mas todos olham para ele como um campeão. É assim que são as lendas.

Reacção

"São campeões olímpicos e eu é que sou a lenda?"

Quando Fernando Pimenta cortou a meta da final do K1 1000 metros, não levou assim tanto tempo a encarar os jornalistas. Frustrado, mas consciente de que o mundo da canoagem sabe quem ele é e o que fez, mesmo nunca tendo sido campeão olímpico. Quando Pimenta estava a começar a falar, Lisa Carrington, a neozelandesa com oito medalhas de ouro (três em Paris) passou por ele e cumprimentou-o. Esse cumprimento foi tema entre o canoísta e os jornalistas.

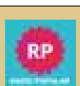
"Ainda há 15 dias, durante o Mundial de Sub-23, recebi mensagens de colegas, quer portugueses, quer de outros que treinam comigo durante o ano, ícones da canoagem mundial que estão agora a chefiar as equipas técnicas de selecções como Austrália e Hungria, que diziam que eu era a lenda. E eu olho para eles e penso: 'Então mas estes gajos é que são os campeões olímpicos e estão a dizer que o Fernando Pimenta é que é a lenda?'", revelou.

Esse reconhecimento, diz, foi a parte boa. A parte competitiva é que foi pior. O trabalho, refere, esteve ao nível do melhor que já fez, mas os resultados não coincidiram com as suas sensações: "Acho que quanto mais eu me esforço, mais depressa o resultado desaparece, e não posso estar desiludido ou triste comigo, tenho sem dúvida a consciência tranquila de que dei o meu melhor."

Grande parte da frustração de Pimenta em Paris passou pela falta de recompensa pelos sacrifícios que fez. "Passei muito tempo longe da minha família, dos meus pequeninos, abdiquei dos meus filhotes muitos dias, acho que com eles só estive um mês no último ano, se tanto. Consegui falhar as festinhas de escola da minha filha praticamente todas, isso parte-me o coração, e depois chegar aqui e não conquistar o resultado que tínhamos ambicionado..."

Na cabeça de Pimenta, tudo correu como planeado, excepto os últimos metros. "Na semifinal, senti-me muito bem, muito tranquilo e sentia-me confortável, durante a prova senti-me a controlar, a fazer tudo o que o treinador tinha pedido, a pressionar à frente. Infelizmente, na parte final faltou-me a força, energia".

E qual das finais foi mais frustrante, a do Rio, em que foi quinto, ou a de Paris, em que foi sexto? Ambas, mas por motivos diferentes. "Uma porque foi um factor externo que me retirou o acesso à medalha. Agora, fui eu. Fui eu." **Marco Vaza, em Paris**



Voleibol de praia

Paris tem duas novas torres: mas são das baixinhas

Diogo Cardoso Oliveira, em Paris

O voleibol de praia sempre se jogou de forma simples: recepção, passe e remate. Depois, dois miúdos suecos quiseram inventar

Com a Torre Eiffel como cenário idílico, o voleibol de praia olímpico tem sido a modalidade mais *cool* dos Jogos. Já muita coisa aconteceu por mérito do estádio Torre Eiffel e, ontem, ergueram-se duas novas torres ao pé daquela nada famosa e que nunca valeu fotografias durante os Jogos.

Mas as que agora se erguem são duas torres das baixinhas – salvo seja. David Åhman e Jonatan Hellvig são os novos campeões olímpicos de voleibol de praia, tendo chegado ao ouro do alto de 1,93 e 1,91 metros. Para o cidadão comum, são duas pequenas "bestas". Para o contexto do voleibol são apenas banais – nas últimas cinco duplas campeãs olímpicas nunca houve um atleta abaixo de dois metros. "Somos bastante baixinhos", disse Åhman em Paris.

Como é que duas torres "baixinhas" conquistam o voleibol de praia? Há uma boa explicação para isso e já tem nome: chama-se o "*jump set* sueco", que dois miúdos escandinavos estão a aplicar aos graúdos que lá andam – embora, curiosamente, tenham aplicado menos na final de ontem, com a Alemanha (2-0: 21-10, 21-13), do que nos jogos anteriores.



Os suecos David Åhman e Jonatan Hellvig derrotaram ontem a Alemanha, na final, com os parciais de 21-10 e 21-13

Um, dois, esqueçam o três

O voleibol de praia sempre se jogou de forma simples: recepção, passe e remate – um, dois e três. Até o videojogo dos Jogos Olímpicos sabe disso: o preceito é jogar-se sempre a três toques.

Para a dupla sueca, é outra coisa: é um, dois e esqueçam o três – ou então não esqueçam. Porquê deixar os adversários saberem o que vai acontecer se puderem deixá-los às escuras até ao último momento?

Os dois artistas suecos responderam a essa pergunta com uma ideia – e não, não foram os pioneiros, mas foram os que cunharam a ideia de forma capaz e como uma táctica de jogo recorrente e não como um recurso esporádico.

Vamos resumir do que se trata: com uma recepção bem feita – alta, sem muito efeito na bola e para perto da rede –, o segundo toque pode ser feito directamente como remate e não como passe para o tal terceiro momento de remate. Ou pode haver passe. Esse passe, a acontecer, é em formato *jump set* – no fundo, um passe em suspensão, com os pés no ar e com o jogador a prolongar o tempo de contacto com a bola. Esse contacto mais prolongado é, de resto, algo penalizado no pavilhão, mas dado "de barato" na vertente de praia.

"O objectivo é que o jogador do bloco encontre dois jogadores ofensivos em vez de apenas um. Ele tem de escolher qual de nós bloquear, mas não faz ideia de quem vai realmente passar a bola por cima da rede", explica Åhman.

Caso o início do movimento seja bem feito, deixando no ar a possibilidade de remate ou passe, os adversários não sabem o que fazer, porque o movimento atrasa tanto a decisão que altera por completo o *timing* de bloco. Esta mudança total dos *timings* de passe ou remate altera, por extensão, o comportamento defensivo dos adversários, que podem fazer um bloco inútil, se se comprometerem com o passador, ou podem abdicar de um bloco útil – em qualquer dos casos, deixam muita areia livre para ser explorada em ataque.

É infalível? Não. Se fosse, os suecos teriam vencido os jogos todos por 2-0, com 21-0 em todos os *sets*. E além de não ser infalível, não é sequer uma novidade, porque já todos sabem que eles fazem isto. Mas como contrariar? Boa sorte.

"Isto significa que não é preciso ter mais de dois metros de altura, saltar e rematar alto. Podemos utilizar outros pontos fortes", explica Åhman. Hellvig, por seu lado, chega a dizer que enganar o adversário desta forma é estimulante e que passaram a usar a estratégia durante todo o jogo, em vez de uma vez por *set*, por exemplo. "Percebemos quão divertido e engraçado era jogar desta forma." Divertido e engraçado, mas depende de que lado da rede se está.

Anfitrião derrotado na final

No basquetebol, o mesmo de sempre: ouro para os EUA

Marco Vaza, em Paris

Seria uma narrativa bem mais interessante se a França tivesse vencido a final do basquetebol masculino nos "seus" Jogos Olímpicos. Se Victor Wembanyama mais os adeptos da casa a gritarem a *Marselhesa* na arena de Bercy, como se estivessem numa cena de *Casablanca*, injectassem poderes extraordinários à selecção francesa – funciona contra quase todas as equipas e era por isso que estavam na final. Mas acabou por ser a mesma e aborrecida de sempre, mais um ouro olímpico para os EUA no basquetebol.

O desfecho foi aborrecido, triunfo por 98-87 e 17.º título em 21 possíveis, mas este Team USA não aborrece nem um bocadinho. Pode levar algum tempo a aquecer, mas esta equipa que se dá ao luxo de poder apresentar o que de melhor a NBA tem para oferecer dificilmente se deixa apanhar. Pode não ganhar em Mundiais de basquetebol (no último, nem ao pódio foi), mas essa é uma versão secundária e "ganhável". Os norte-americanos levam os Jogos Olímpicos a sério.

A França, claro, jogava em casa. E o combustível emocional deu para aguentar os *"bleus"* no jogo durante, vá lá, um período e meio. Victor Wembanyama, o novo messias do basquetebol mundial, levou a França nos seus longos braços, activo no ataque e na defesa, com momentos a provarem que, de facto, é um sobredotado – desarmes de lançamento, passes por trás das costas, acerto no lançamento. E Joel Embiid, odiado por escolher os EUA em vez da França, não podia com ele.



Os EUA conquistaram o 17.º título olímpico em 21 possíveis

Nos primeiros 15 minutos, a França esteve várias vezes em vantagem, sobretudo graças a "Wemby", mas, também, por Guerschon Yabusele. E era isso. Quando o Team USA começou a aquecer, com os lançamentos longos de Devin Booker, mais a liderança de LeBron James, os norte-americanos cavaram uma diferença de oito pontos (49-41).

Scottie Pippen, um dos membros do Dream Team original de 1992, parecia satisfeito no seu lugar bem junto à quadra. Não muito longe, Tony Parker, uma lenda francesa, nem por isso.

Diga-se que a França até manteve o jogo interessante, nunca deixando que lhe fugisse completamente – um triplo de Fournier ali, uma acção defensiva de Gobert acolá, e os *"bleus"*, no final do terceiro período, perdiam por apenas seis pontos (66-72). Mas a riqueza do Team USA é a profundidade da rotação, 12 jogadores que podem ser titulares e que oferecem diversidade de soluções.

Esses seis pontos no final do terceiro período não foram muito reforçados pelos norte-americanos – a diferença ora andava nos oito, ora nos dez, e chegou a baixar aos três, momento em que Steph Curry acertou mais um triplo e Durant completou com mais dois lances livres. "Wemby", que foi o melhor marcador de todo o jogo (26 pontos), arriscou demasiado em lançamentos triplos contestados e queimou ataques dos *"bleus"* na altura errada.

Não houve nenhum no Team USA que se tenha destacado demasiado – talvez Steph Curry, com 24 pontos, mas Booker teve 15, LeBron teve 15, Durant teve 15. Todos jogaram na medida certa para o ouro.

Compensações variam

Paris tem medalhas para todas as bolsas e autênticas minas de ouro

Valor sentimental supera o facial, mas enfrenta séria competição dos prémios monetários. Há também quem ofereça casas, carros, vacas e até colonoscopias



A Tareg Hamedi foi atribuída a medalha de prata no karaté, mas o atleta foi compensado pela Arábia Saudita como se tivesse sido campeão olímpico, com cerca de 1,2 milhões de euros

Augusto Bernardino

Quanto vale uma medalha em Paris2024? À primeira vista, tratando-se de algo tão nobre e de valores tão elevados, esta pode parecer uma discussão supérflua, a roçar o mesquinho. Porém, é algo que, apesar do carácter cíclico, encerra sempre especial fascínio, tantas são as camadas e explicações possíveis.

Actualmente, há duas respostas válidas: a mais pragmática vem com uma etiqueta de 870 euros, justificada pelos 550 gramas de prata e pelos 6 gramas do banho de ouro, isto no caso da medalha mais valiosa. Já a de prata (550 gramas puros) está avaliada em pouco mais de 400 euros. O bronze pesa 450 gramas, sendo 95% de cobre e 5% de zinco, valendo menos de dez euros.

A segunda explicação varia conforme a generosidade ou excentricidade de nações e patrocinadores ou consoante o próprio estatuto dos medalhados. Em alguns casos, pode bem valer o peso dos atletas, até dos mais robustos, em ouro.

No último mês, apesar da corrida às medalhas em Paris, a cotação do ouro e da prata e do cobre registou uma ligeira desvalorização na Bolsa de matérias-primas. Na verdade, apesar do sonho comum de conquistar a glória olímpica, poucos atletas estarão familiarizados com o mercado de *commodities*. E, menos ainda, com as flutuações de mercado. A poluição do Sena é, garantidamente, um tema mais presente na Aldeia Olímpica.

O valor intrínseco do ouro e da prata (ignoremos o bronze e os relatos de deterioração acelerado das medalhas) é algo que se mantém intocável na hora de subir ao pódio. O orgulho é, convenhamos, verdadeiramente intangível. Participar nuns Jogos Olímpicos constitui honra indescritível para qualquer atleta, sem excepção. Um sentimento praticamente insuperável, até na hora de confirmar a autenticidade do metal.

Tudo ao alcance de uma dentada carinhosa, até para não estragar o esmalte dos dentes nem riscar as medalhas, que desde 1912 deixaram de ser de ouro maciço. Expediente que em Paris exige perícia especial. É que as medalhas forjadas na Cidade Luz possuem cerca de dez gramas de ferro retirado da Torre Eiffel durante obras de beneficiação realizadas nas últimas décadas. Um pormenor de valor acrescentado em qualquer parte do mundo.

De Owens a Korbut

Para além de tudo o que foi exposto, há outro tipo de avaliação, sob o prisma das leiloeiras. Mas também aí há escalões distintos. Uma das quatro medalhas de ouro conquistadas por Jesse Owens em Berlim 1936 foi vendida por 1,5 milhões de dólares (cerca de 1,4 milhões de euros). Olga Korbut, a ginasta bielorrussa, vendeu em 2017 três das seis medalhas olímpicas (quatro de ouro e duas de prata) conquistadas ao serviço da União Soviética, em Munique e Montreal, por cerca de 200 mil euros.

Seja como for, o espírito olímpico não tem preço, nem pode ser comprado. Pelo menos é essa a visão do Comité Olímpico Internacional, que já premeia os vencedores com ouro, prata e bronze, continuando a recusar-se a assinar cheques, a oferecer carros ou casas.

Porém, há sempre quem esteja disposto a subverter esta lógica, embora mantendo o lema "Citius, Altius, Fortius" para competir num plano puramente financeiro, atribuindo às conquistas dos atletas chorudos prémios monetários ou estratosféricas compensações que podem assumir as mais variadas formas, sejam vacas, bilhetes de avião, restaurantes de almôndegas ou as sempre úteis colonoscopias... grátis e vitalícias.

Num claro desafio à lógica dos mercados bolsistas, o ouro, a prata e o bronze assumem valores muito distintos conforme a origem dos atletas, com países como Singapura a compensarem os seus campeões com somas obscenas, que, em alguns casos, superam em mais de 20 vezes o que "pagam" gigantes como os Estados Unidos, que atribuem 34 mil euros aos vencedores de "ouro". Isto, para não mencionar casos como o de Inglaterra (56 medalhas) e Noruega (3), que optam por um programa de apoio contínuo, menos discriminatório e meritocrata.

> **Portugal paga 50 mil euros por uma medalha de ouro, 30 mil pela de prata e 20 mil pelo bronze**

Na prática, esta pode ser até uma falsa questão, já que Singapura – como outros países com políticas semelhantes e bolsos mais fundos – deverá despender substancialmente menos em prémios do que a maioria dos que tabelam bem mais por baixo o valor pago pelas medalhas.

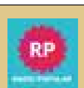
Isto porque, até ao momento, apenas Maximilian Maeder, na vela, garantiu uma medalha de bronze para a cidade-Estado da península malaia do Sudeste asiático. Em contrapartida, os Estados Unidos já ultrapassaram a centena de medalhados. É fazer as contas.

E já que estamos num contexto de recordes, o valor mais elevado pago por uma medalha foi estabelecido pela Arábia Saudita, com cerca de 1,2 milhões de euros pela "prata" do karateca Tareg Hamedi, protagonista do combate mais polémico dos Jogos de Tóquio. Hamedi foi desqualificado por "Hansoku-make" na sequência de violação grave dos regulamentos, ao desferir um golpe que levou o iraniano Sajad Ganjzadeh ao tapete, deixando-o inconsciente e a receber oxigénio, antes de esgotado o primeiro minuto.

Decisão controversa que o atleta saudita não contestou, apesar da indignação generalizada. O COI negou o ouro a Hamedi, que teria sido o primeiro da história da Arábia Saudita, mas o Comité saudita e o próprio ministro dos desportos, Abdulaziz bin Turki Al Saud, trataram de "corrigir" a injustiça, atribuindo o estatuto de herói nacional a Hamedi, juntamente com um cheque de cinco milhões de SAR (Rial saudita) e uma medalha de ouro maciço.

"Ginástica" só nas Filipinas

No topo das nações mais excêntricas



HEDAYATULLAH AMID/EPA



estão, para além de Singapura, Taiwan (655 mil, 458 mil e 230 mil euros), Hong Kong (700 mil euros pelo "ouro" – conquistou dois na esgrima e dois "bronzes" na natação), Indonésia, Bangladesh, Cazaquistão (distribui apartamentos e dinheiro por escalões), Malásia e ainda Itália, Hungria, Marrocos e Kosovo. Em alguns países, para complementar os prémios monetários, há uma subvenção mensal vitalícia significativa.

E há ainda casos muito particulares, como o do ginasta filipino Carlos Yulo, vencedor de duas medalhas de ouro (solo e cavalo), que superou a heroína nacional Hidilyn Diaz, halterofilista que somou à prata do Rio de Janeiro2016 o ouro de Tóquio2020.

Yulo terá de fazer muita ginástica para gastar os mais de 320 mil euros referentes às medalhas, verba que ascende a 900 mil euros somando todos os cheques prometidos por empresários, organismos e fundações. Por contabilizar ficam todas as viagens aéreas que Yulo conseguir fazer até ao fim dos seus dias, uma cortesia das Philippine Airlines. Igualmente grátis e vitalícios são os exames de gastroenterologia e todas as colonoscopias que Yulo realizar numa clínica de Manila a partir dos 45 anos. Combustível, frango frito e bolachas também não faltarão ao mais recente herói filipino, que dificilmente terá de abrir os cordões à bolsa para viver.

Rendimento mínimo alemão

Portugal, que até aos Jogos de Paris2024 conquistou 28 medalhas (cinco de ouro, nove de prata e 14 de bronze), surge numa posição relativamente modesta, sem alterações em relação a Tóquio, pagando 50 mil euros pelo "ouro", 30 mil pela "prata" e 20 mil pelo bronze, superando, contudo, a tabela de norte-americanos e alemães, que pagam uma espécie de rendimento mínimo, sensivelmente metade do previsto pelo Comité Olímpico Português. Espanha e França são mais generosos, embora os *"nuestros hermanos"* compensem os seus medalhados com menos de metade das verbas atribuídas pelos italianos (180 mil euros pelo ouro).

Diga-se que com duas medalhas de prata e uma de bronze, Portugal não arrisca a bancarrota. Já no que diz respeito a diplomas olímpicos, honra atribuída aos oito primeiros de cada disciplina olímpica, nenhuma contrapartida financeira directa e relevante está prevista pelas entidades que premeiam os respectivos atletas.

Em Portugal, o Governo aprovou em 2023 medidas de apoio para os atletas olímpicos, paralímpicos e de alto rendimento a serem aplicadas após o termo da carreira. Um decreto-lei que consagra um conjunto de apoios num diploma que não distingue nem os medalhados nem os distinguidos com diplomas olímpicos.

Refira-se que os diplomas olímpicos eram, originalmente – nos Jogos Olímpicos de Atenas 1896 –, atribuídos apenas aos vencedores e aos segundos classificados, os únicos que tinham direito a medalhas, para além de um ramo de oliveira (para o primeiro) e um de louro.

Só nos terceiros Jogos da era moderna, em Saint Louis 1904, houve lugar a entrega de medalhas de bronze para os terceiros classificados (entregues retroactivamente aos dos Jogos de Atenas1896 e de Paris1900).

A partir de Paris1924, o COI passou a atribuir diplomas aos três atletas do pódio, alargando o reconhecimento aos seis primeiros a partir de 1949 (na prática em Helsínquia1952). O modelo em vigor é aplicado desde 1981, depois dos Jogos de Moscovo1980, aproveitando o simbolismo das oito pistas da natação e do atletismo.

Os diplomas são assinados pelos presidentes do Comité Olímpico Internacional e do Comité Organizador dos Jogos Olímpicos (OCOG), existindo ligeiras diferenças de acordo com a classificação, com os diplomas dos três primeiros a incluírem motivos em ouro, prata e bronze. Mas estes são diplomas específicos, já que todos os participantes recebem um diploma.

Boxe e atletismo inovam

Feitas bem as contas, em jogo está uma "pipa de massa". Para alguns, uma autêntica mina de ouro. Em especial para os cabeças de cartaz como os golfistas Jon Rahm e Scottie Scheffler ou o basquetebolista norte-americano LeBron James ou até a supercampeã Simone Biles, que recebem dos patrocinadores valores só ao alcance das verdadeiras estrelas.

Mas Paris trouxe uma novidade, com as federações de atletismo e boxe a decidirem compensar os vencedores com um prémio de 50 mil dólares (46,5 mil euros) exclusivo para os medalhados de ouro. Uma política que pode vir a ser adoptada por outras disciplinas. A World Athletics, organização que gere o atletismo internacional, entende que os atletas, por enquanto os de ouro, merecem uma fatia dos milhões gerados e que até agora revertiam na totalidade para a federação.

Agenda dos portugueses



As horas estão no horário de Lisboa

Hoje

7h00	**Susana Santos**	Atletismo Maratona (F)	Final

Finais

Hoje

Atletismo	Maratona (F)	7h00
Andebol	Medalha bronze (M)	8h00
Polo aquático	5.º e 6.º lugar (M)	8h00
Polo aquático	Medalha bronze (M)	9h35
Ciclismo de pista	Omnium (F)	10h00
Luta	(M) e (F)	10h00
Pentatlo moderno	(F)	10h00
Ciclismo de pista	Velocidade MF (F)	10h22
Ciclismo de pista	Keirin QF (M)	10h29
Basquetebol	Medalha bronze (F)	10h30
Halterofilismo	81kg (F)	10h30
Ciclismo de pista	Omnium (F)	10h57
Ciclismo de pista	Velocidade (F)	11h25
Ciclismo de pista	Keirin MF(M)	11h29
Ciclismo de pista	Velocidade F (F)	11h45
Ciclismo de pista	Omnium (F)	11h53
Voleibol	Final (F)	12h00
Ciclismo de pista	Keirin F (M)	12h23
Andebol	Final (M)	12h30
Ciclismo de pista	Omnium (F)	12h56
Polo aquático	Final (M)	13h00
Basquetebol	Final (F)	14h30

Medalheiro

				Total
1. **China**	39	27	24	90
2. **EUA**	38	42	42	122
3. **Austrália**	18	18	14	50
4. **Japão**	18	12	13	43
5. **França**	16	24	22	62
6. **Grã-Bretanha**	14	22	27	63
7. **Coreia do Sul**	13	8	9	30
8. **Países Baixos**	13	7	12	32
9. **Alemanha**	12	11	8	31
10. **Itália**	11	13	15	39
11. **Canadá**	9	7	11	27
12. **Nova Zelândia**	9	7	2	18
13. **Uzbequistão**	8	2	3	13
14. **Hungria**	5	7	6	18
15. **Espanha**	5	4	8	17
(...)				
48. **Portugal**	1	2	1	4

LEAH MILLIS/REUTERS





Espaço público

Estão todos de parabéns

Editorial



Sónia Sapage

Os 73 portugueses (pela primeira vez mais mulheres, 37) que foram a Paris marcaram o seu lugar entre os melhores do mundo. São os nossos campeões

Os Jogos Olímpicos terminam hoje e Portugal tem quatro medalhas conquistadas e muitos atletas desiludidos com a sua prestação. Mas, num momento como este, só há uma coisa que eles precisam de saber (os medalhados e os outros): estão todos de parabéns. Os 73 portugueses (pela primeira vez mais mulheres, 37) que foram a Paris marcaram o seu lugar entre os melhores do mundo. São os nossos campeões.

A milhares de quilómetros de distância, desde 26 de Julho, foram muitos os que torceram por eles, vibraram com eles, acompanharam as suas lutas, conquistas e desânimos.

Foram muitos os que, em directo, ouviram o canoísta Fernando Pimenta falar sobre o seu fracasso com um peso que também pesou a quem não estava em França, porque se identificou com o espírito de sacrifício.

"Esta foi uma das poucas vezes que falhei um pódio e estou mesmo muito triste porque abdiquei de muita coisa, das festinhas da escola da minha filha, de aniversários familiares. Foram muitos dias de estágios", disse depois de ter sido sexto na final de K1 1000. Começou bem, esteve bem até meio da prova, mas acabou sem medalhas. Ficou a cinco segundos do primeiro lugar.

O atleta já ganhou quase tudo na sua especialidade desportiva, como lembrou o Marco Vaza, aqui no PÚBLICO, num artigo sobre a prova em Paris. Ao todo, tem 145 medalhas internacionais, incluindo duas olímpicas, ganhou cinco títulos mundiais e sete europeus. O sexto lugar numas olimpíadas não basta para definir o seu sucesso ou insucesso.

Muitos foram os que ouviram também desabafos, como o de Pablo Pichardo, que, depois de ter conquistado a medalha de prata no triplo salto (ficou a dois centímetros do primeiro lugar), se mostrou indeciso quanto ao seu futuro (e triste por não ter chegado novamente ao ouro).

"O que está na minha cabeça é ficar aqui, parar por aqui e hoje ser a minha última competição (...). A única coisa que peço é apoio. Eu sei que em Portugal é só futebol, mas só pedimos um bocadinho. Nem é muito. Um bocadinho é suficiente." Não é a primeira vez que os desportistas reclamam apoios institucionais e carinho.

Em breve, quando estiver em causa a preparação para Los Angeles 2028, chegará a hora de discutir e avaliar os apoios. Para já, o tempo é de carinho. E não se trata só de contar diplomas. Porque, como disse Marcelo Rebelo de Sousa numa mensagem de parabéns aos atletas, "quando somos muito bons, somos os melhores dos melhores". Com ou sem medalhas.

CARTAS AO DIRECTOR



As cartas destinadas a esta secção têm de ser enviadas em exclusivo para o PÚBLICO e não devem exceder as 150 palavras (1000 caracteres). Devem indicar o nome, morada e contacto telefónico do autor. Por razões de espaço e clareza, o PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e editar os textos e não prestará informação postal sobre eles
cartasdirector@publico.pt

É isso que queremos?

Quando vemos a violência nas ruas de Inglaterra, provocada por movimentos de extrema-direita e espoletada por notícias falsas divulgadas em algumas redes sociais, sem qualquer escrutínio jornalístico digno de respeito, perguntamo-nos como é possível que, vários dias depois de serem completamente desmentidas, continuem a ser a inspiração de tanta destruição.

Já depois disso, assistimos ao infame desenvolvimento "noticioso", nas mesmíssimas redes, de factos igualmente falsos sobre o género da pugilista argelina Imane Khelif, que, segundo fontes fidedignas, nasceu e é mulher, aliás cisgénero. Nem sequer os altos níveis de testosterona estão certificados cientificamente, nem nada comprovariam, caso existissem, mas o racismo, a islamofobia e um impulso completamente irracional de transfobia "preventiva" levaram a que correntes de extrema-direita, dos EUA (Trump) a Portugal (Rita Matias), com passagem pela Itália (Meloni), pátria da pugilista vencida no combate "fatídico", se sintam "à solta" para vir a terreiro proclamar diferenças rácicas imaginárias.

Até quando vamos permitir/alimentar a perpetuação de mentiras nas redes sociais, mesmo depois de cabalmente desmentidas?
José A. Rodrigues, Vila Nova de Gaia



Até quando vamos permitir/alimentar a perpetuação de mentiras nas redes sociais, mesmo depois de cabalmente desmentidas?
José A. Rodrigues
Vila Nova de Gaia

Marcelo e a CPI?

Parece que se está a gerar o consenso de que o Presidente da República (PR) não responde perante qualquer órgão ou instituição pública pelo desempenho do seu mandato, a não ser perante o Supremo Tribunal de Justiça (STJ). Aceitemos por um momento esta tese. Então se o PR tivesse de ser investigado, como é que tal assunto chegaria ao STJ? Antes, a Procuradoria-Geral da República (ou outro órgão de topo da República) teria de intervir, juntando documentação, qualquer indício de prova, o que fosse; não se pode chegar ao STJ sobre o PR senão por intermédio de outros órgãos de topo da República e necessariamente com alguma tramitação prévia. Mas como existe a tese de que os outros órgãos de República nada podem com o PR, a República ficaria por aqui, bloqueada na acção.

Dizem-nos ainda que o PR só responde perante os portugueses. Sim, mas como? Responderá de forma indirecta, perante outros órgãos de topo que representam a República? Como a primeira hipótese parece não ser exequível, acho que só poderia ser a segunda... Mas se dizem que a segunda hipótese também não é legalmente possível, parece que estamos perto de ficar bloqueados e de cair na doutrina do STJ americano, que estipula que os presidentes não têm de responder perante os seus actos no exercício das suas funções, sejam eles quais forem. Portugal não devia ir por aqui.
Fernando Vieira, Lisboa

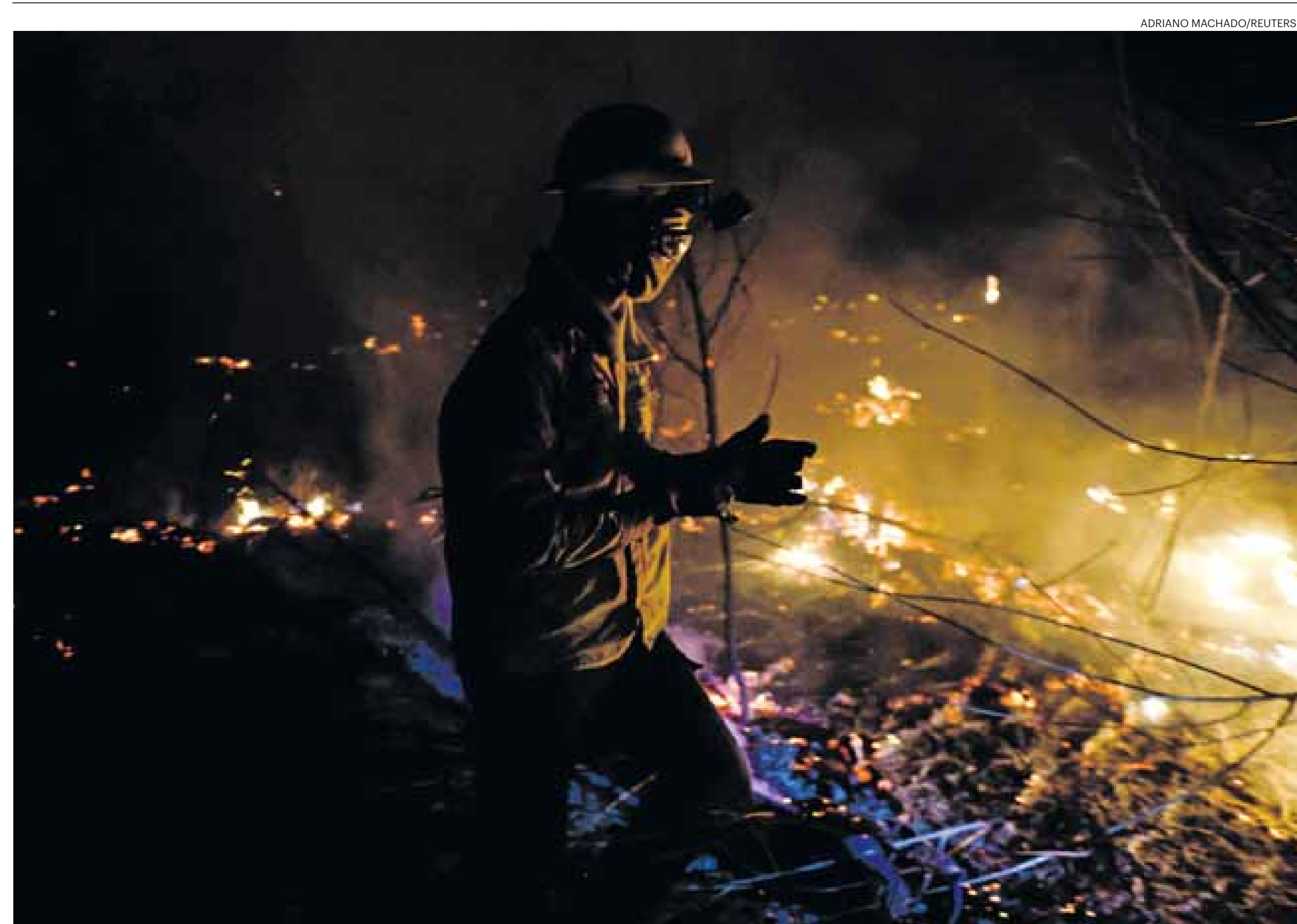
"Não se governa nem se deixa governar"

Num artigo oportuno escrito aqui, no PÚBLICO, no pretérito dia 8, pelo ex-director Manuel Carvalho, intitulado "Notícia de um país sábio,

A opinião publicada no jornal respeita
a norma ortográfica escolhida pelos autores

ZOOM AMAZÓNIA, BRASIL

ADRIANO MACHADO/REUTERS



Em Apui, no estado brasileiro do Amazonas, um elemento da corporação de bombeiros do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis tenta ajudar a extinguir o incêndio em curso na floresta amazónica

mas pobre", lia-se a dado passo (cito): "O discurso sobre o país moderno que investiga, que inova, que dispõe de uma geração mais qualificada de sempre [já aqui referi que muito dessa geração tem emigrado] parece conversa soviética. Tanta ciência e tanto estudo serve, afinal, para quê, se os salários continuam baixos [e continuarão, é o nosso fadário], se a economia permanece débil e o destino parece condenado à eterna e desesperada luta por uma casa para alugar ou dinheiro para o fim do mês?" Este período vale por tudo mais que desenvolveu no seu texto.

Quase no fim do artigo, Manuel Carvalho referiu que "o Estado perdeu competências e capacidade para desenhar estratégias. A justiça não funciona melhor (...)". Pergunto: que instituições e organismos públicos funcionam melhor? A saúde está um caos. A cada ministro(a) da área, seguem-se ministros(as) que não dão conta do recado. E para não me alongar mais: de que têm servido os milhões e milhões de euros provenientes da UE? Já no passado o general romano Sérvio Suplício Galba afirmava que "na parte mais ocidental da Ibéria havia um povo muito estranho: não se governa nem se deixa governar"...

António Cândido Miguéis, Vila Real

Quando vamos reconhecer a Palestina?

No ano de 1975 a Indonésia invadiu Timor-Leste, que se encontrava sob administração portuguesa. Era então primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo. Uma jornalista perguntou-lhe: "Então, senhor PM, que decisões vai tomar agora?" Pinheiro de Azevedo, que não era homem para se pôr com evasivas, respondeu da seguinte maneira: "Minha senhora, aqui não se tomam decisões. As decisões tomam-se em Washington, Londres e Moscovo."

Hoje é um pouco diferente, as decisões tomam-se também em Bruxelas. Por isso, senhores activistas, não percam tempo a perguntar ao PM quando vamos reconhecer a Palestina, porque, se ele fosse frontal e directo como Pinheiro de Azevedo, o que ele diria é: "Estamos à espera de ordens."

Quintino Silva, Paredes de Coura

ESCRITO NA PEDRA

O que impede de saber não são nem o tempo nem a inteligência, mas somente a falta de curiosidade

Agostinho da Silva, filósofo (1906-1994)

O NÚMERO

2

Iúri Leitão é o primeiro português a vencer duas medalhas numa edição dos Jogos Olímpicos

A crónica de Miguel Esteves Cardoso regressa a estas páginas a 1 de Setembro



publico.pt  

Lisboa
Edifício Diogo Cão,
Doca de Alcântara Norte
1350-352 Lisboa
Tel. 210 111 000

Porto
Rua Júlio Dinis,
n.º 270 Bloco A 3.º
4050-318 Porto
Tel. 226 151 000

publico@publico.pt

DIRECTOR
David Pontes
Directores adjuntos
Andreia Sanches, Marta Moitinho Oliveira, Sónia Sapage, Tiago Luz Pedro
Directora de arte
Sónia Matos
Directora de design de produto digital
Inês Oliveira
Editoras executivas
Helena Pereira, Patrícia Jesus
Editor de fecho
José J. Mateus

Editor de Opinião Álvaro Vieira **Editor P2** Sérgio B. Gomes **Online** Ana Maria Henriques, Mariana Adam, Pedro Esteves, Pedro Guerreiro, Pedro Sales Dias (editores), Amílcar Correia (redactor principal), Carolina Amado, João Pedro Pincha, José Volta e Pinto, Marta Leite Ferreira, Miguel Dantas, Sofia Neves (última hora); Rui Barros (jornalista de dados); Ruben Martins, Inês Rocha (áudio); Joana Bougard (editora multimédia), Carlos Alberto Lopes, Joana Gonçalves, Mariana Godet, Teresa Miranda (multimédia); Amanda Ribeiro (editora de redes sociais), Ana Zayara, Michelle Coelho, Patrícia Campos (redes sociais) **Política** David Santiago (editor), Susete Francisco (subeditora), Ana Sá Lopes, São José Almeida (redactoras principais), Ana Bacelar Begonha, Liliana Borges, Margarida Gomes, Maria Lopes, Nuno Ribeiro **Mundo** Ivo Neto, Paulo Narigão Reis (editores), Bárbara Reis, Jorge Almeida Fernandes, Teresa de Sousa (redactores principais), Rita Siza (correspondente em Bruxelas), Alexandre Martins, António Rodrigues, António Saraiva Lima, João Ruela Ribeiro, Leonete Botelho (grande repórter), Maria João Guimarães, Sofia Lorena **Sociedade** Natália Faria, Gina Pereira (editoras), Clara Viana (grande repórter), Alexandra Campos, Ana Cristina Pereira, Ana Dias Cordeiro, Ana Henriques, Ana Maia, Cristiana Faria Moreira, Daniela Carmo, Joana Gorjão Henriques, Mariana Oliveira, Patrícia Carvalho, Samuel Silva, Sónia Trigueirão **Local** Ana Fernandes (editora), Luciano Alvarez (grande repórter), André Borges Vieira, Camilo Soldado, Mariana Correia Pinto, Samuel Alemão, Teresa Serafim **Economia** Pedro Ferreira Esteves, Isabel Aveiro (editores), Manuel Carvalho (redactor principal), Cristina Ferreira, Sérgio Aníbal (grandes repórteres), Ana Brito, Luís Villalobos, Pedro Crisóstomo, Rafaela Burd Relvas, Raquel Martins, Rosa Soares, Victor Ferreira **Ciência** Teresa Firmino (editora), Filipa Almeida Mendes, Tiago Ramalho **Azul** Andrea Cunha Freitas (editora), Claudia Carvalho Silva (subeditora), Aline Flor, Andréia Azevedo Soares, Clara Barata, Nicolau Ferreira, Tiago Bernardo Lopes (multimédia), Gabriela Gómez (infografia), Rodrigo Julião (webdesign) **Cultura/Ípsilon** Paula Barreiros, Inês Nadais (editoras), Pedro Rios (editor Ípsilon), Isabel Coutinho (subeditora), Nuno Pacheco, Vasco Câmara (redactores principais), Isabel Salema, Sérgio C. Andrade (grandes repórteres), Daniel Dias, Joana Amaral Cardoso, Lucinda Canelas, Luís Miguel Queirós, Mariana Duarte, Mário Lopes **Desporto** Jorge Miguel Matias, Nuno Sousa (editores), Augusto Bernardino, David Andrade, Diogo Cardoso Oliveira, Marco Vaza, Paulo Curado **Fugas** Sandra Silva Costa, Luís J. Santos (editores), Alexandra Prado Coelho (grande repórter), Luís Octávio Costa, Mara Gonçalves **Guia do Lazer** Sílvia Pereira (coordenadora), Cláudia Alpendre, Sílvia Gap de Sousa **Ímpar** Bárbara Wong (editora), Carla B. Ribeiro, Inês Duarte de Freitas **P3** Inês Chaíça, Renata Monteiro (subeditoras), Mariana Durães **Terroir** Ana Isabel Pereira **Newsletters e Projectos digitais** João Pedro Pereira **Projectos editoriais** João Mestre **Fotografia** Miguel Manso, Manuel Roberto (editores), Adriano Miranda, Daniel Rocha, Nelson Garrido, Nuno Ferreira Santos, Paulo Pimenta, Rui Gaudêncio, Alexandra Domingos (digitalização), Isabel Amorim Ferreira (documentalista) **Paginação** José Souto (editor de fecho), Marco Ferreira (subeditor), Ana Carvalho, Cláudio Silva, Joana Lima, José Soares, Nuno Costa, Sandra Silva; Paulo Lopes, Valter Oliveira (produção) **Copy-desks** Aurélio Moreira, Florbela Barreto, Joana Quaresma Gonçalves, João Miranda, Manuela Barreto, Rita Pimenta **Design Digital** Alex Santos, Ana Xavier, Nuno Moura **Infografia** Célia Rodrigues (coordenadora), Cátia Mendonça, Francisco Lopes, Gabriela Pedro, José Alves **Comunicação Editorial** Inês Bernardo (coordenadora), João Mota, Ruben Matos **Secretariado** Isabel Anselmo, Lucinda Vasconcelos **Documentação** Leonor Sousa

Publicado por PÚBLICO, Comunicação Social, SA.
Presidente Ângelo Paupério
Vogais Cláudia Azevedo, Ana Cristina Soares e João Günther Amaral

Área Financeira e Circulação Nuno Garcia **RH** Maria José Palmeirim **Direcção Comercial** João Pereira **Direcção de Assinaturas e Apoio ao Cliente** Leonor Soczka **Análise de Dados** Bruno Valinhas **Marketing de Produto** Alexandrina Carvalho **Área de Novos Negócios** Mário Jorge Maia

NIF 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410
Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA | Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia | Capital Social €8.550.000,00 | Detentor de 100% de capital: Sonaecom, SGPS, S.A. | **Publicidade** comunique.publico.pt/publicidade | comunique@publico.pt | Tel. 210 111 353 / 210 111 338 / 226 151 067 | **Impressão** Unipress, Tv. de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Empresa Gráfica Funchalense, SA, Rua da Capela de Nossa Senhora da Conceição, 50, 2715-029 Pêro Pinheiro | **Distribuição** VASP – Distrib. de Publicações, Quinta do Grajal – Venda Seca, 2739-511, Agualva-Cacém | geral@vasp.pt

Membro da APCT Tiragem média total de Julho **18.970 exemplares**

O PÚBLICO e o seu jornalismo estão sujeitos a um regime de auto-regulação expresso no seu Estatuto Editorial **publico.pt/nos/estatuto-editorial**
Reclamações, correcções e sugestões editoriais podem ser enviadas para **leitores@publico.pt**

ASSINATURAS Linha azul **808 200 095** (dias úteis das 9h às 18h)
publico.pt/assinaturas • assinaturas@publico.pt

Espaço público

O Sistema Nacional de Saúde em movimento



Cipriano Justo

O Sistema Local de Saúde (SLS) do Algarve "vai abarcar todos os concelhos da região e estabelecerá uma relação de conjunto e articulação de meios entre o sistema público, social e privado de modo a optimizar os cuidados de saúde prestados e combater os estrangulamentos crónicos que a região enfrenta neste domínio", afirmou a ministra da Saúde, no passado dia 12 de Junho, na Comissão de Saúde da Assembleia da República. Porém, a intenção da ministra ocorre numa ilegalidade, e coloca dois problemas.

A ilegalidade consiste no facto de chocar de frente com o disposto na Base 9 da Lei de Bases da Saúde, de 4 de Setembro de 2019, que estabelece quem faz parte de um SLS: refere que os sistemas locais de saúde são "constituídos pelos serviços e estabelecimentos do SNS e de mais instituições públicas com intervenção directa ou indirecta na saúde". A intenção do legislador, na altura, foi bem clara, reservar para as instituições públicas a participação nos SLS. Nessa conformidade, o sector privado manteria as relações que actualmente tem com o SNS – vender cuidados de saúde quando o sector público não os pudesse prestar, nas condições acordadas pelas duas partes, de maneira a não prejudicar quem deles carecesse.

O primeiro problema está na escala geodemográfica de tal SLS. O que ele configura, na versão anunciada, é um Sistema Regional de Saúde, equivalente ao da Madeira ou dos Açores. Consciente de que iria levantar um problema constitucional, a ministra aproveitou a fórmula já consagrada dos SLS para lhe retocar os contornos, de maneira a poder abarcar o sector privado. De uma só vez, satisfazia uma antiga ambição política da direita, meter no mesmo saco os sectores público, privado e social da saúde, e desfazia-se da característica que torna os SLS a organização que melhor se adapta e pode responder às necessidades em saúde – ser local para poder ser transversal; não só estar suficientemente próximo, mas fazer parte das comunidades para lhe poder captar o perfil de cuidados necessários, desde que se nasce até que se morre. No entanto, esta visão holística da saúde chocava, por sua vez, com a vocação do sector privado, vender cuidados de saúde na doença.

O segundo problema trata da omissão da prevenção e da promoção, as quais serão tanto mais bem concretizadas quanto mais os principais actores da comunidade conhecerem e participarem na vida das respectivas populações. É que os SLS não representam uma barreira burocrático-administrativa como tantas outras; são, antes, um dispositivo interactivo que aproveita as competências, saberes e conhecimentos das pessoas e dos profissionais para encontrar soluções; e enquanto o universo do modelo tradicional de prestação de cuidados, de que as ULS são o expoente, são, na sua quase totalidade, as pessoas com doença crónica ou com um episódio de doença aguda, o universo das SLS é a comunidade por inteiro, na sua diversidade.

Ao incluir dentro do perímetro dos SLS os três sectores, a ministra deu a conhecer o seu propósito: ensaiar a criação do Sistema Nacional de Saúde. Os argumentos são simples, todos prestam cuidados de saúde, e aumentariam a capacidade de resposta na doença. Contudo, e porventura mais importante, a missão do SNS, e neste caso dos SLS, não se esgota na função curativa – intervém activamente na prevenção da doença e na promoção da saúde. Eis as razões pelas quais a intenção da ministra não deve ser considerada.

MANUEL DE ALMEIDA/LUSA



Membro eleito da Assembleia de Representantes da Ordem dos Médicos

O valor de martelar a realidade para dar uma borla fiscal



Hélder Verdade Fontes

O artigo de Manuela Ferreira Leite no semanário *Expresso* de 2/8/2024, *O valor de decidir*, é muito mais que uma defesa da descida do IRC – é uma tentativa de justificar essa descida como algo não-ideológico, assente em boas práticas e no pensamento comum. De certa forma, o único caminho inevitável para gente moderada e sensata. Só que a justificação deste centrismo iluminado rapidamente choca de frente com a realidade.

Segundo Manuela Ferreira Leite, qualquer outra visão de política económica que não resulte na descida do IRC está toldada por motivos ideológicos. Daqui se depreende que Ferreira Leite e a ortodoxia que encarna estão intelectualmente isentas. É uma soberba tão grande quanto falsa. Talvez fosse útil revisitar o que disse um dos maiores economistas de todo o sempre: "Cidadãos práticos que se dizem isentos de qualquer influência intelectual e ideológica são, tipicamente, escravos de algum economista defunto." E as justificações que Manuela Ferreira Leite escreve estão há muito enterradas.

A recusa da descida do IRC, de acordo com Manuela Ferreira Leite, "baseia-se em preconceitos e não na realidade, porque esta seria a redução de impostos que mais efeitos produziria na actividade económica, criando riqueza, que beneficiaria de forma sustentável os que mais precisam de protecção." Escrever este encadeamento de palavras é fácil: encontrar sustentação para elas é francamente mais difícil. O que se reproduz nesta passagem é a típica fezada da economia da pinga (*trickle-down economics*): "Vamos descer os impostos aos mais ricos e, por algum milagre, os benefícios vão decair para toda a sociedade." Caro leitor, qualquer semelhança com o neoliberalismo é mera coincidência – já vimos que a linha de Manuela Ferreira Leite é isenta de qualquer ideologia.

A descida do IRC irá beneficiar desproporcionalmente poucas empresas – e as que menos precisam. Cerca de 40% das empresas não pagam IRC, seja porque não apresentam lucros tributáveis, seja pela quantidade de isenções fiscais que têm à disposição. Mas olhemos para as que pagam: a taxa efectiva média situa-se em torno dos 20%, abaixo da taxa normal de 21%. Porquê? Sobretudo porque o tecido industrial português é assente em lucros baixos que ocorrem em empresas muito pequenas. Por isso, a diminuição do IRC não irá beneficiar significativamente estas empresas.

Então, quem beneficia? Sobretudo as grandes empresas, as mesmas que hoje apresentam lucros recorde e que terão aqui uma borla fiscal bastante apetecível. Seria de esperar que estas pagassem o grosso do IRC – e pagam –, mas será que pagam muito mais IRC do que as pequenas empresas? Segundo o Banco de Portugal, nem sempre: "A ideia de que as grandes empresas pagam mais IRC do que as pequenas nem sempre se confirma." Isto ocorre sobretudo porque o poder económico que as grandes empresas têm abre portas a instrumentos de engenharia fiscal que não estão disponíveis às mais pequenas, permitindo que se reduza significativamente o montante tributável.

Mas que fique claro: ninguém à esquerda se opõe, à partida, à descida do IRC. Opomo-nos à fezada de que irá resultar, por si só, em salários mais altos, mais investimento na economia e maior produtividade. Se a descida do IRC vier num pacote que inclua aumentos salariais, aumento da democracia nas empresas, representantes dos trabalhadores nos conselhos de administração e reforço da sindicalização, a esquerda não se irá opor. Dessa forma existem garantias de que irá beneficiar toda a sociedade – e não os mesmos de sempre.

É uma quimera acreditar que uma descida de um qualquer imposto resultará, por si, em benefícios para a sociedade. Não é só porque a fiscalidade é um mau instrumento de política económica. É sobretudo porque a correlação entre crescimento económico e nível geral dos impostos é nenhuma. Não há nada de natural ou ideal nesta ou naquela taxa de imposto: depende tudo da ideologia dominante e da correlação de forças. Quer se creia que se é isento ou não.

Engenheiro químico, dirigente do Livre

Elon Musk é um extremista com um “megafone do mundo”

Sem fronteiras



Teresa de Sousa

Redes sociais não provocaram só por si a polarização das democracias, mas transformaram-se num seu poderoso instrumento

1. Tudo começou com uma falsidade, divulgada à velocidade da luz nas redes sociais. Durante uma semana, em várias cidades da Inglaterra e da Irlanda do Norte, milhares de pessoas espalharam a violência nas ruas, confrontaram a polícia, destruíram lojas, carros, edifícios, cercaram hotéis reservados pelo Governo aos refugiados à espera de asilo. Lançaram o caos na normalmente tranquila Britânia. Sabemos qual foi a mentira. No dia 29 de Julho, um jovem assassinou três meninas que estavam numa aula de dança ao ar livre na cidade de Southport, no Norte de Inglaterra. O crime hediondo foi atribuído imediatamente, nas redes sociais, a um muçulmano que chegara a Inglaterra num dos barcos que atravessam o canal da Mancha com imigrantes clandestinos. Algumas horas depois, a polícia britânica divulgou a sua identidade: um jovem britânico, nascido em Cardiff, País de Gales, de pais imigrantes do Ruanda de religião cristã. Não valeu de nada.

Na plataforma X e no Telegram, as mensagens de ódio espalharam-se como fogo em seara seca. Foi o suficiente para uma vaga de protestos cada vez mais violentos, protagonizados sobretudo por homens brancos, cujo alvo eram as populações, imigrantes ou não, de diferentes etnias associadas aos países islâmicos. “Queremos o nosso país de volta.” “Ingleses até à morte.” Os tumultos violentos, que a polícia dificilmente conseguiu debelar apesar de centenas de prisões, desapareceram uma semana depois, quando nas mesmas cidades milhares de pessoas resolveram ocupar as ruas pacificamente contra os arruaceiros. Organizaram cordões humanos para proteger os edifícios que albergam refugiados. Conseguiram o que a polícia não conseguiu. O sistema judicial britânico funcionou rapidamente, processando e condenando os “bandidos”, nas palavras de Keir Starmer, com penas pesadas. A resposta nas redes sociais? O primeiro-ministro britânico está a planear “criar campos de detenção para os contestatários nas ilhas Falkland”.

Nigel Farage, o líder do partido de extrema-direita anti-imigrantes Reform UK, escrevia nas redes sociais: “É a reacção ao medo, ao desconforto, ao mal-estar que existe por aí, partilhado por milhões de pessoas.”

2. “Um homem está ausente. Os outros estão a enfrentar uma justiça rápida”, escreveu Jonathan Freedland. O ausente é Elon Musk, o homem mais rico do mundo e o dono da plataforma X, que escreveu ele próprio na sua rede social: “A caminho da guerra civil.” O colunista do *Guardian* começa por lembrar que a mentira como origem da violência de massas tem mil anos. Em 1144, em Norwich, um rapaz de 12 anos de nome William apareceu morto. O dedo foi apontado imediatamente à comunidade judaica da terra. Houve um massacre, um dos primeiros dos muitos de que seriam vítimas os judeus na Europa, ao longo dos séculos. A diferença é que hoje uma mentira leva segundos a chegar a milhões.


GONZALO FUENTES/REUTERS

Musk pode sempre dizer que apenas detém uma plataforma utilizada por milhões e milhões de pessoas responsáveis pelo que escrevem. Hoje sabemos que não é exactamente assim. Como escreveu também Freedland, Musk “decidiu fazer da X um espaço seguro para o racismo e o ódio logo que comprou a plataforma”. Cita alguns estudos feitos em universidades americanas e britânicas que são reveladores. “Houve cerca de 500% de aumento da utilização da palavra ‘negro’ nas 12 horas posteriores à compra e as referências aos judeus multiplicaram-se por cinco no mesmo período. Ele próprio é um extremista de direita.” As suas posições públicas e as suas simpatias políticas já não deixam dúvidas. Todos as conhecemos.

Quando Starmer disse que o Governo “não toleraria ataques a mesquitas ou às comunidades muçulmanas”, o dono da X acusou-o de “cegueira política”. “Não deveria estar preocupado com todas as comunidades?” Uma das teorias que circulam nas redes e que Musk invocou é a de que a polícia protege as minorias e ataca os brancos. Os números desmentem-na fortemente. O Governo já anunciou a revisão da lei que regula as redes sociais. Mas estamos ainda em território bastante desconhecido e não há soluções fáceis.

3. As redes sociais tiveram consequências positivas. Em primeiro lugar, deram a milhões de pessoas a possibilidade de se exprimirem directamente. Se permitem divulgar mentiras e convocar manifestações racistas, também servem para convocar movimentos e protestos perfeitamente legítimos. Vimo-lo agora no Reino Unido. São uma arma poderosa nas mãos de milhões de pessoas que resistem a regimes ditatoriais e autoritários, apesar das imensas restrições que esses regimes colocam à sua utilização. Mas criaram um modelo de comunicação que favorece os extremismos e que a extrema-direita aprendeu a utilizar muito rapidamente nas democracias. Um modelo que exprime facilmente emoções e é avesso às explicações mais complexas e racionais, em que se deve basear o debate público. Está a transformar-se na comunicação privilegiada em sociedades, como as nossas, em que as instituições políticas e sociais que intermediavam a vontade dos eleitores – sindicatos, associações, partidos, comunicação social – têm perdido força e crédito ao longo das últimas décadas.

A rede X transformou-se no “maior megafone do mundo”, dizem Elaine Kamarck e Darrell West num estudo americano cujo título é precisamente “*Lies that Kill – A citizen’s guide to desinformation*”. Os dois autores explicam como o ambiente político, social e económico nos Estados Unidos torna credível a desinformação para um vasto número de pessoas e dificulta a sua prevenção. A possível conclusão está em que as redes sociais não provocaram só por si a polarização e a radicalização das democracias, mas transformaram-se num seu poderoso instrumento.

4. Em 1994, quando tomou conta do Labour, Tony Blair disse uma frase que marcou a visão que tinha para o seu partido, arredado do poder há muito tempo: “*Tough on crime and tough on the causes of crime*.” Esta frase veio-me ao espírito quando reflectia sobre os protestos violentos no Reino Unido. Até agora, Starmer está a ser duro contra os crimes cometidos pelos arruaceiros. É o que deve fazer. Tem tempo para olhar com mais atenção para as suas causas.

Em primeiro lugar, a imigração é hoje, pela primeira vez desde o referendo do “Brexit”, em 2016, a primeira preocupação dos britânicos. Segundo uma sondagem recente da YouGov, 51% dos inquiridos consideram que é a questão mais importante que o país enfrenta (90% dos votantes em Farage; 76% dos votantes nos Tories; 30% dos votantes no Labour).

Convém recordar que os adeptos do “Leave” apontavam a imigração descontrolada com uma das principais razões para a saída da União Europeia, a par com a devolução do controlo do destino do país de Bruxelas para Westminster. Oito anos de governos conservadores cada vez mais radicais alimentaram sem descanso o discurso anti-imigrantes, desde o próprio Rishi Sunak, que lançou a palavra de ordem “*Stop the boat people*”, até Suella Braverman, antiga ministra do Interior, que clamava contra uma “invasão”, passando pela ideia peregrina de enviar os requerentes de asilo para o Ruanda.

Foram também os governos conservadores que decidiram alojar os requerentes de asilo em hotéis nas cidades mais deprimidas da Inglaterra por serem mais baratos. Foi nessas cidades que se registaram os protestos mais violentos. O *Financial Times* indica que as manifestações decorreram sobretudo em sete das dez áreas do país mais deprimidas economicamente. Londres e as regiões do Sudeste não registaram qualquer manifestação. Não só porque são ricas. O escritor cubano Cabrera Infante, que viveu em Londres muitos anos como refugiado, dizia que, quando se sentava numa esplanada em Leicester Square, “contemplava o mundo”.

O Reino Unido é um dos países europeus onde a integração de quem chega é mais fácil. Os trabalhadores imigrantes têm um papel fundamental em inúmeros sectores da sociedade, que não apenas nos empregos com menos qualificações. Talvez seja por isso que atrai tanta gente, mesmo depois do “Brexit” e com uma situação económica difícil. Mas o problema existe, lá como nas outras democracias europeias, porque a percepção de uma maioria, alimentada pelas forças políticas extremistas, é diferente. Cabe aos governos encarar o problema com realismo e encontrar soluções.

A boa notícia é que outra sondagem da YouGov indicava que 85% dos britânicos se opunham aos protestos violentos e apenas 7% os apoiavam. Mesmo entre os votantes do Reform UK de Farage, apenas 21% eram favoráveis. Já 54% dos inquiridos disseram aprovar as manifestações não violentas, incluindo 18% dos votantes do Labour e dos Liberais-Democratas.

Jornalista. Escreve ao domingo

Dois anos depois, limpeza dos órgãos consultivos do Estado continua na gaveta

É unânime a ideia de que é para reduzir o número de órgãos consultivos do Estado, mas em dois anos nada mudou. Para já, gabinete de Leitão Amaro está “a analisar várias estruturas”

Liliana Borges

Dois anos depois de o Conselho Económico e Social (CES) ter identificado a existência de mais de 400 órgãos consultivos sob tutela do Estado, a intenção de reorganizar a administração consultiva e reduzir a despesa pública continua na gaveta. O tema ainda foi levado ao gabinete do então primeiro-ministro António Costa, mas, desde então, houve escassos progressos para corrigir a fragmentação e duplicação de entidades.

Enquanto nenhum governo fizer uma contabilização rigorosa, não é apenas o número total de organismos que é uma incerteza: a despesa associada também. Em resposta ao PÚBLICO, fonte oficial do gabinete do ministro da Presidência revela que não encontrou nas pastas de transição qualquer sinal de avanços nesta matéria por parte do Governo do PS.

Contactada, a antiga ministra responsável por esta pasta, Mariana Vieira da Silva, afirma que foram dados passos, mas confirma que nenhuma medida foi concretizada a respeito dos órgãos consultivos, tendo, no entanto, sido feitos progressos na execução da reforma funcional e orgânica da administração pública e promoção da concentração de serviços no edifício-sede da Caixa Geral de Depósitos (que acabou por ser concretizada pelo actual Governo da AD).

Porém, sobre os mais de 400 órgãos consultivos à disposição do Estado que o PÚBLICO noticiou em Julho de 2022, continuam a não existir contas finais: nem em relação ao tamanho da lista, nem quanto à despesa que representam para os cofres do Estado.

Questionada sobre os avanços registados nos últimos dois anos, fonte oficial do gabinete do ministro da Presidência António Leitão Amaro responde que, se o anterior Governo teve intenções de alterar o número de órgãos consultivos, “essas intenções nunca se materializaram nem consubstanciaram decisões ou projectos de decisões dos quais tenhamos registo”.

Evidência consensual

Em conversa com o PÚBLICO, Francisco Assis, presidente do CES entre Julho de 2020 e Fevereiro de 2024, recorda “o balanço exaustivo” feito durante o seu mandato neste órgão consultivo, mas ressalva que o papel desta entidade nesta matéria é limitado. Embora, para Francisco Assis, seja uma evidência que existe “um número muito grande de órgãos consultivos”, os passos a dar “não dependem do CES”. Ou seja, qualquer plano de reestruturação teria, naturalmente, de ser desenhado e executado pelo governo ou pelo Parlamento.

O agora eurodeputado do PS conta que durante o seu mandato enquanto presidente do CES chegou a reunir-se com membros do Governo de António Costa incluindo o próprio primeiro-ministro e todos os partidos com assento parlamentar. De todos eles, conta, registou “um consenso sobre a necessidade de reconfigurar toda a administração, reduzindo custos de financiamento”.

“Até o próprio Presidente da República, na altura, assinalou a relevância desta questão”, acrescenta. E de Belém, o sinal dado é que a pertinência do assunto se mantém. Então porque ficou o tema na gaveta? Por causa da interrupção precoce da legislatura, responde Francisco Assis.

O único passo dado desde 2022 foi o arranque de um estudo sobre a reorganização do CES, também encomendado por Francisco Assis. Mas a responsável por esse trabalho, Teresa Violante constitucionalista e investigadora , explica que o relatório ainda está em fase de conclusão. “Só no início do próximo ano será conhecido o resultado”, diz ao PÚBLICO.

Certo é que entre as conclusões que deverão resultar do estudo está, precisamente, a reestruturação da administração consultiva do Estado “perante a evidência de que temos órgãos a mais, o que aumenta a despesa pública”, assinala Francisco Assis. Segundo o socialista, o levantamento feito em 2022 permitiu “perceber que a situação se vai agravando”.

É que embora “muitos deles estejam extintos por natureza por nunca terem funcionado”, os organismos não são formalmente encerrados, explica o eurodeputado socialista. “Há muitas redundâncias. É preciso racionalizar, reduzindo o número de organismos e reforçando o peso de cada um. Há muitos que não estão ali a fazer nada”, atira.

“Não fazem nada”

A proliferação de organismos consultivos — ainda nesta quinta-feira o Governo aprovou a criação do Conselho Nacional para as Migrações e Asilo, previsto no Plano de Acção para as Migrações — não é uma consequência de uma determinada maioria parlamentar ou governo, mas do funcionamento da “própria democracia”, lia-se já no primeiro relatório sobre este tema, publicado em 1996, também a pedido do CES. Nos últimos 30 anos, o número de órgãos consultivos disparou 79%.

Isto permite concluir que “não há nenhuma linha de separação ideológica”, vinca Assis. E isso poderá ser um sinal de que existem condições para um “consenso alargado” sobre esta matéria nesta legislatura, admite. O que, ainda assim, não afasta eventuais resistências. “É um processo que tem de ser feito com cuidado e alguma impermeabilidade às pequenas pressões que se irão manifestar. Há organismos que, mesmo que não façam nada, querem sobreviver”, avisa.

Sobre o que prevê fazer em relação a esta matéria, a mesma fonte do



Levantamento preliminar feito em 2022 apontava para mais de 400 órgãos consultivos

Luís Pais Antunes quer dar novo impulso à mudança

A intenção de introduzir alterações ao funcionamento do Conselho Económico e Social (CES) é um tema que tem estado na agenda do organismo nos últimos anos, mas só em Julho de 2023 é que houve a “primeira e única” audição do CES no Parlamento sobre essa matéria. A nota é dada pelo seu novo presidente, Luís Pais Antunes, que revela vontade de dar um novo impulso à tentativa de alterar a configuração do CES. Ao PÚBLICO, Pais Antunes adianta que as conversas com o novo executivo para avançar com alterações à lei estão “em curso” e garante que “a necessidade de alterar a lei do CES já foi identificada e o processo será para continuar”.

Criado em 1991, o CES é um órgão constitucional de consulta e concertação social, composto por 78 conselheiros que representam várias entidades e sectores da sociedade, do Governo às organizações sindicais e patronais, passando por entidades do sector cooperativo, autarquias, profissões liberais e universidades. Antes de ser eleito, Pais Antunes defendeu que o CES “deve ter uma maior centralidade” na decisão e definição das políticas públicas. Questionado sobre se já existiu alguma conversa com o Governo para acelerar a reestruturação, diz que “é um processo que está em curso”.

Em 2023, o anterior presidente (Francisco Assis, do PS) tinha feito um esforço para alterar a

RENATO CRUZ SANTOS



da lei do CES

configuração do CES, argumentando que estava desactualizada e que deveria ser incluída no processo de revisão constitucional então em curso. Mas o processo caiu com a dissolução do Parlamento.

Agora, Luís Pais Antunes quer voltar ao tema e prepara-se para insistir na reestruturação do organismo. No plano que defenderá para estas alterações está "o reforço do CES em termos de recursos humanos", que diz ser "fundamental para assegurar o cumprimento das funções que lhe estão legalmente cometidas".

Quanto às alterações apontadas à composição do CES, Luís Pais Antunes levanta "reservas" em relação à forma "como diferentes sectores da sociedade se encontram representados no CES", ora "por defeito", ora "por excesso", consoante os casos. Segundo o presidente do CES, esta será "certamente uma das matérias a ter em consideração no âmbito da futura revisão da lei do CES".

Na sua opinião, um dos exemplos de sectores sub-representados é o da imigração, argumentando que os trabalhadores imigrantes correspondem a uma importante fatia da força de trabalho em Portugal e que, por isso, não devem ser ignorados. Mas não são o único sector invisível. Pais Antunes quer também que o organismo seja integrado por alguns movimentos inorgânicos com "impacto" na economia e sociedade, embora não dê exemplos. O objectivo é que possam integrar o CES através de sindicatos, associações ou de outro tipo de organizações. **L.B.**

gabinete do ministro da Presidência adianta apenas que "o Governo está a analisar as várias estruturas do Estado" e que, "no contexto da reforma da administração pública, foram já adoptadas medidas concretas que determinam uma racionalização real do Estado". Porém, não diz se irá fazer um levantamento mais exaustivo do número total de órgãos consultivos, nem quais os próximos passos.

Para já, as tentativas continuam do lado do CES, com o novo presidente, Luís Pais Antunes, a adiantar ao PÚBLICO que a sua equipa está a "reavaliar o exercício realizado em 2022".

Nesta primeira fase, o advogado e antigo secretário de Estado nos governos de Durão Barroso e Santana Lopes irá focar-se em identificar e corrigir "eventuais falhas" da lista elaborada há dois anos. A expectativa é a de que se obtenha um quadro mais fiel ao que hoje existe e perceber que transformações aconteceram de lá para cá. Resta saber se se reabre a gaveta para a fechar de seguida.

Governo aprova dia 22 suplemento dos polícias. MAI tenta pagar até 31

Maria Lopes

Gabinete da ministra da Administração Interna está "fortemente empenhado" para que o dinheiro chegue aos profissionais

O Governo prevê aprovar o decreto que consagra o aumento do suplemento de missão para a PSP e GNR no Conselho de Ministros de dia 22 de Agosto e o Ministério da Administração Interna (MAI) garante estar "fortemente empenhado em diligenciar todo o apoio e celeridade possível a este processo para que todos os elementos das forças de segurança possam receber a actualização do suplemento ainda no decorrer deste mês de Agosto".

Questionado pelo PÚBLICO sobre o processo legislativo e o calendário previsto para o pagamento, o gabinete da ministra Margarida Blasco afirma que, tal como estabelecido no acordo assinado há um mês com uma parte das estruturas sindicais (três da PSP e duas da GNR), o pagamento da actualização do suplemento, que aumenta de 100 para 200 euros já e depois será acrescido de mais 50 euros em Janeiro e outros tantos no início de 2026, será feito com retroactivos a 1 de Julho. Em que data? "Logo que estejam criadas as condições técnicas para o seu processamento bem como o processo legislativo que leva à sua concretização e possibilidade de execução esteja concluído – nomeadamente a publicação em *Diário da República* –, o que se aguarda para breve."

Nos dois últimos dias, profissionais das forças de segurança receberam, através de grupos de WhatsApp, mensagens dizendo que a aprovação do aumento seria feita no dia 22, que Margarida Blasco "comprometeu-se que até dia 31 será feito o pagamento dos meses de Julho e Agosto" e que o suplemento passará a estar integrado no recibo de vencimento a partir de Setembro. Outra versão afirmava que "até 31 de Agosto estará depositado nas contas dos polícias o suplemento referente aos meses de Julho e Agosto em folha suplementar".

Mesmo que todas as partes se empenhem num processo ultra-rápido como aconteceu com a revogação da manifestação de interesse dos imigrantes, resolvido na mesma tarde, será um contra-relógio para que o dinheiro chegue ao bolso dos profissionais ainda este mês. O processamento administrativo do aumento do suplemento para algumas dezenas de milhares de elementos da PSP e da GNR só deverá poder ser feito depois de o decreto-lei estar em vigor e isso demora algum tempo – por exemplo, o processamento normal de salários é feito logo nos primeiros dias do mês para que sejam pagos no dia 21.

Negociação de carreiras

Bruno Pereira, presidente do Sindicato Nacional de Oficiais de Polícia (SNOP) e porta-voz da plataforma de sindicatos, disse ao PÚBLICO que a informação que circula não veio dos sindicatos, nem estes tiveram informação do MAI, considerando que o Governo "teve mais do que tempo para assegurar o processamento, cumprindo os tempos legais".

"Apenas sabemos que corre essa informação. É importante esse valor ser pago o mais rápido possível", em Agosto, diz, por seu lado, Paulo Santos, da Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP/PSP). Estrutura "que quer, fechado este processo, avançar já para o próximo: tratar das tabelas remuneratórias e carreiras. Estamos a trabalhar nisso. E em breve começaremos essa negociação porque fechou-se agora este acordo, que vai permitir essa próxima negociação."



Sindicatos têm pressa para poderem passar à negociação das carreiras e estatuto remuneratório

O mesmo desejo é o de César Nogueira, da Associação dos Profissionais da Guarda (APG/GNR), para quem é "preciso fechar este dossier porque é urgente e primordial olhar agora para as carreiras e o estatuto remuneratório". E que conta ter enviado à ministra um ofício a questionar sobre a data do pagamento que não teve ainda resposta. "Não há motivo para não pagar já. É preciso dar sinal de que as coisas vão acontecer rapidamente até para acalmar a situação", aponta, numa referência ao facto de o Governo ter anunciado há duas semanas o aumento do suplemento da condição militar para 300 euros.

Já Armando Ferreira, do Sinapol, estrutura que não assinou o acordo com o Governo por continuar a defender um suplemento mais elevado, tem dúvidas sobre a exequibilidade da medida em tão pouco tempo, sobretudo devido aos vários passos a dar no processo legislativo.

DGES recusou 78 mil prémios salariais. João, Marta e Rui garantem ter direito

Foram validados 95.689 pedidos e indeferidos 78.381. Segundo a DGES, entre os motivos de recusa estão a falta de validação dos graus de licenciado ou mestre ou erros no ano de conclusão do curso

Ana Isabel Ribeiro

O prémio salarial para os recém-licenciados até 35 anos que trabalham em Portugal começou a ser pago no final de Julho, mas milhares dos que acreditam ter direito ao benefício ficaram de fora. Segundo dados mais recentes, candidataram-se ao reembolso das propinas mais de 158 mil pessoas, que podem receber 697 euros anuais, no caso dos licenciados, ou 1500 euros, se tiverem acabado o mestrado. Nos mestrados integrados, o valor é de 697 euros consoante o número de anos da licenciatura e 1500 euros pelos do mestrado.

A Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) recebeu 95.689 pedidos validados. Ao todo, foram recusados 78.381, muito deles por estarem repetidos, adianta a Direcção-Geral do Ensino Superior (DGES).

João Areias e Rui Saraiva, dois dos jovens ouvidos pelo P3, dizem estar na lista dos que viram as candidaturas ao prémio salarial serem recusadas. Pediram-no no final de Fevereiro, mês em que o formulário ficou disponível, depois de verificarem que reuniam todos os requisitos necessários: estudaram em Portugal, estão a trabalhar no país, têm menos de 35 anos e apresentaram uma declaração de IRS autónoma.

Mesmo assim, o pedido foi indeferido na madrugada de segunda-feira, 5 de Agosto, quando muitos colegas começaram a receber o prémio.

Os motivos apresentados pela AT por *email* foram iguais para os dois: "(1) A diferença entre o ano de referência (2023) e o ano de obtenção dos graus indicados é igual ou superior ao número de anos dos respectivos cursos ou (2) os graus indicados não constam nos graus académicos elegíveis e comunicados pelas instituições de ensino superior referidas no formulário", lê-se nos documentos que os jovens enviaram ao P3. Segundo os mesmos, as justificações não se enquadram no seu perfil.

João Areias terminou o mestrado integrado em Psicologia em 2020, o que significa que teria direito a receber 1500 euros pelo menos este ano. "Sei de dois colegas que frequentaram o curso comigo nos mesmos anos e receberam e de outra pessoa que foi da minha turma que está na mesma situação que eu. O meu mestrado integrado tem que ser considerado como curso de cinco anos e não de três anos de licenciatura e dois de mestrado em separado", expõe.

MANUEL ROBERTO



A medida destina-se a jovens qualificados que ficam em Portugal e o valor varia entre os 697 euros para licenciaturas e os 1500 euros para mestrados

Rui Saraiva, que concluiu o mestrado em 2023, também teria direito a receber 1500 euros durante os próximos dois anos. "No meu caso, já percebi porque é que o pedido foi recusado. Candidatei-me pela licenciatura em Biologia, que terminei em 2020, e pelo mestrado em Ecologia e Gestão Ambiental, que fiz em 2023. O ano da licenciatura já não pode entrar para o prémio salarial, por isso só tenho direito a receber pelo mestrado", adianta o jovem de 26 anos.

O *email* da AT informa que os requerentes podem recorrer da decisão até 22 de Agosto através da Audiência dos Interessados, um formulário do portal e-Portugal. João e Rui já o fizeram e até anexaram o diploma, mas, como não receberam comprovativo de registo da resposta, não têm provas.

"O *site* tem estado com tantas falhas que nem sei se a minha resposta ficou registada. Como não é possível repetir o processo, já liguei e enviei *emails* para o e-Portugal, mas não consigo resposta. O *email* até dava erro no envio", acrescenta Rui Saraiva.

Respostas "predefinidas"

De acordo com os dados da DGES, a maioria dos pedidos (54.855) foram recusados porque o ano da obtenção do diploma excedeu o prazo ou porque não foi possível validar os graus de licenciado ou de mestre que os jovens dizem ter. Os outros 20.641 foram indeferidos por estarem repetidos. Neste caso, os jovens que têm direito recebem o valor depois de o primeiro pedido que fizeram ser validado.

Apesar deste esclarecimento, João Areias acredita ter recebido uma justificação que diz ter sido "predefinida" pelo *site* e-Portugal para a recusa da devolução das propinas. Em conversa com outros universitários, incluindo de outros cursos, percebeu que o motivo de recusa apresentado era igual ao que recebeu, apesar de as situações dos colegas serem diferentes da sua.

Aconteceu o mesmo a Marta Fontes. A jovem de 23 anos licenciou-se em Março de 2023 na área de Contabilidade no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP). Está a trabalhar desde o ano passado e apresentou a declaração de IRS sozinha, mas o pedido do reembolso das propinas foi recusado porque, diz o documento, acabou o curso há mais anos ou a instituição de ensino superior não fazia parte da lista do formulário de candidatura.

"Isso não é verdade, porque quando fiz o pedido aparecia a opção ISCAP. Respondi-lhes anexando o meu certificado de habilitações, que prova que terminei o curso em 2023", explica, acrescentando que, à semelhança de João e Rui, também teve dificuldade em aceder ao portal.

Também não recebeu comprovativo de resposta, mas encontrou solução: "Já sei como funcionam estas coisas, por isso tirei uma fotografia", revela.

Na rede social Reddit repetem-se queixas semelhantes. Além da falta de validação do grau de licenciado e mestre, há ainda quem afirme que o motivo da recusa invocado no documento diz apenas "*null*" (nulo), sem qualquer justificação.

Justiça condena TAP por manter piloto em terra desde 2019

Ana Henriques

Foi violado dever de ocupação efectiva do trabalhador. Empresa terá ainda de lhe pagar 25 mil euros de indemnização

A TAP foi condenada em tribunal no mês passado por manter em terra um dos seus pilotos há perto de cinco anos, mesmo pagando-lhe salário. A transportadora aérea violou o chamado dever de ocupação efectiva do trabalhador, concluiu a justiça, decretando não só que o piloto volte a voar como também que seja indemnizado em 25 mil euros.

Proferida por um tribunal de primeira instância, a decisão ainda é passível de recurso. Porém, a TAP recusa-se a dizer o que quer que seja sobre o caso, nomeadamente se vai ou não recorrer, alegando que não comenta casos judiciais.

A trabalhar na companhia desde 2000, depois de ter estado na Força Aérea, o comandante revelava de quando em vez alguns comportamentos excêntricos. No Verão de 2008, o tom brincalhão com que se dirigiu aos passageiros antes de aterrar em Lisboa, num voo vindo de Munique, não agradou a toda a gente. "Apresentou a tripulação como se de um concurso se tratasse e esqueceu-se do nome de um membro dizendo: 'E bom, há um membro da tripulação cujo nome não me recordo, mas vou tentar saber, peço imensa desculpa, mas ele é novo'…", queixou-se uma cliente da TAP.

Vários episódios passados nesse ano custaram-lhe cinco dias de suspensão com a inerente perda de salário, nomeadamente desentendimentos com um co-piloto na sequência de manobras de voo pouco recomendáveis que fez a certa altura. Mandou o outro calar-se: "Ó companheiro, caladinho até lá abaixo, aqui quem toma as decisões sou eu, entendeste?"

No ano seguinte, e após ter falhado testes de voo com simuladores, o comandante foi obrigado a voar como co-piloto durante dois anos, no lugar à direita no *cockpit*.

Depois de outro incidente num voo em 2014, seguiu-se, já em Setembro de 2019, o episódio que desencadeou a sua retirada do ar. Numa descolagem de São Francisco, nos EUA, marcada por vento forte, surgiram desentendimentos com outros co-pilotos sobre a melhor forma de lidar com o problema.

Foi-lhe definido pela TAP um plano de acompanhamento com duração de 40 horas, coordenado pelo gabinete de apoio psicológico da empresa. No final, o responsável por este departamento considerou estarem reunidas as condições para o piloto retomar funções: "No seguimento do plano de recuperação do comandante, informo que a formação terminou e que penso estarem revertidos os comportamentos impulsivos e extemporâneos que já demonstrou. Não vejo grande mais-valia de ele não estar a trabalhar e, agora que tem a auto-estima mais estabilizada, poderá voltar à sua actividade profissional."

Perda de capacidade técnica

Porém, nesta altura decorria já um processo de inquérito técnico instaurado pelo departamento de operações de voo, relacionado com a descolagem de São Francisco, durante a qual o comandante gritou com o seu oficial piloto para que não interferisse nas suas decisões, pois a manobra seria da sua responsabilidade. Considera a TAP que foi imprudente na descolagem, muito embora o voo em causa não tenha sido objecto de qualquer reparo por parte da torre do aeroporto local. Ouvido neste inquérito, o comandante prontifica-se a pedir desculpa à tripulação, reconhecendo que se pode ter excedido.

Em Outubro de 2020, o conselho técnico pedagógico da Direcção de Operações de Voo da transportadora aérea declara que o piloto já não reúne as faculdades indispensáveis para continuar a comandar os Airbus: "Perdeu a capacidade técnica para o exercício da sua função, bem como para o exercício de qualquer outra função de voo."

O juiz do Tribunal de Sintra que analisou o caso diz que a decisão de inibir o piloto de voar foi uma verdadeira "bomba atómica" lançada sobre o trabalhador, excessiva perante os acontecimentos. Nos primeiros tempos, o comandante ainda reclamou do "emprateleiramento" a que foi sujeito. Chega a escrever ao presidente da companhia, Antonoaldo Neves, contando que nunca lhe foram explicados os motivos para tal, mas não recebe resposta. Entretanto, o seu certificado para pilotar os Airbus caduca. Deixa de ser incluído nas habituais acções de formação.

"Não é aceitável que (…) a TAP continue a pagar a remuneração a um dos seus comandantes para, afinal, o pôr a fazer nada, com todos os danos materiais e morais daí decorrentes para ele e todo o desperdício para a própria companhia", alega o seu advogado, Garcia Pereira, numa derradeira tentativa de resolver o assunto a bem.

Ficou provado em tribunal que este foi o único caso conhecido em que o conselho técnico pedagógico decidiu a perda de capacidade técnica de um piloto da TAP. E que este órgão nunca explicou cabalmente o afastamento do comandante de todo o serviço aéreo.

Este é o único caso conhecido em que a TAP decidiu a perda de capacidade técnica de um piloto

A justiça considerou injustificada a desocupação do piloto e grave a actuação da TAP. "Não é justificável que o piloto esteja desde Outubro de 2019 ausente da escala", refere a sentença, citando um artigo publicado numa revista de economia e direito por um professor da Academia da Força Aérea, Armindo Sampaio: "A inactividade (mesmo remunerada) constitui, a médio e longo prazo, um factor de desvalorização pessoal e de prejuízos materiais do trabalhador. Ao manter-se inactivo, o trabalhador vê comprometidas as suas expectativas legítimas de carreira, facto que, para além de aspectos materiais ligados à remuneração, poderá ter consequências a nível psíquico e moral."

Além de pagar a indemnização, a transportadora aérea ainda poderá vir a sofrer uma coima da Autoridade para as Condições do Trabalho, uma vez que o juiz que a condenou mandou extrair uma certidão do processo judicial para remeter a esta entidade, por violação do dever de ocupação efectiva.

Contactado pelo PÚBLICO, o Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil não esteve disponível para se pronunciar sobre o caso.

FERNANDO VELUDO



Uma vítima portuguesa na queda de avião em São Paulo

Desastre matou todas as 62 pessoas a bordo. MNE confirmou que há uma mulher portuguesa de 48 anos entre as vítimas

Uma portuguesa de 48 anos é uma das 62 vítimas mortais do acidente aéreo de anteontem no estado de São Paulo, Brasil, confirmou ontem à agência Lusa fonte do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O voo da companhia Voepass, que fazia a rota de Cascavel, no Paraná, para Guarulhos, em São Paulo, despenhou-se numa zona com várias habitações em Vinhedo, no interior de São Paulo. O avião, um ATR-72-500, segundo a Globo, transportava 62 pessoas e a queda não deixou sobreviventes.

Fonte oficial disse ontem à Lusa estar confirmada uma vítima de nacionalidade portuguesa, "uma mulher com 48 anos". "O Ministério dos Negócios Estrangeiros já está em contacto com a família e lamenta profundamente a morte desta portuguesa, bem como das restantes vítimas, transmitindo sentidas condolências a todos os familiares", pode ler-se na nota do ministério.

De acordo com o *Globo*, que analisou a lista de passageiros divulgada pela companhia aérea, a vítima portuguesa, Gracinda Marina Castelo da Silva, viajava com o marido, Nélvio José Hubner, com quem era casada há 25 anos. O casal deixa três filhos. Gracinda da Silva era professora na Universidade Tecnológica Federal do Paraná e o marido exercia actualmente as funções de procurador municipal, tendo iniciado a sua carreira na Prefeitura de Toledo em 2011.

Entre as vítimas brasileiras estaria uma criança de três anos acompanhada pelo pai. Há também um grupo de médicos que viajava para um congresso em Curitiba, avança o jornal *Folha de S. Paulo*.

A região do interior do estado de São Paulo estava na sexta-feira sob alerta de chuva e vento forte, o que poderá estar na origem do acidente. Vídeos publicados nas redes sociais mostram o avião, um bimotor ATR-72-500 com 14 anos, a dar voltas em torno de si próprio antes de se despenhar muito perto de algumas casas.

O Presidente e o primeiro-ministro portugueses endereçaram mensagens de condolências ao Presidente do Brasil, Lula da Silva, que decretou três dias de luto oficial em todo o país.

PÚBLICO/Lusa



Livros
Não se formam leitores só com "horas do conto"

Uma mala de leitura com títulos escolhidos a pensar em cada aluno é um bom caminho para formar leitores pelo prazer de ler. Está a ser percorrido em Mértola desde 2022 e vai continuar

Rita Pimenta

Uma vez por mês, durante os anos lectivos de 2022/2023 e de 2023/2024, o promotor de leitura Maurício Leite foi à Escola Básica de Santana de Cambas, em Mértola, com a sua Mala de Leitura. Objectivo: "Formar leitores pelo prazer de ler." Dir-se-ia uma biblioteca itinerante, mas que ali permanece durante mais tempo e em que o adulto intervém o menos possível na relação da criança com o livro.

A continuidade da promoção da leitura e um acervo de livros de qualidade adaptado ao contexto social, cultural, familiar e geográfico, sempre presente em sala de aula, são a fórmula em que os responsáveis pela educação e cultura de Mértola acreditam. Acresce a presença de pontos de leitura em todas as juntas de freguesia que ficam longe da biblioteca municipal, que tem programação para várias idades.

"O trabalho com a Mala de Leitura passa bem longe da 'hora do conto'", diz ao PÚBLICO Maurício Leite, que iniciou este projecto no Brasil em 1980, com apoio da Unicef, em aldeias indígenas e escolas ribeirinhas na Amazónia, no Brasil. "Formamos leitores autónomos, dando liberdade na escolha do livro a ser lido. Mais importante do que ler é saber falar sobre o que se leu, ter uma opinião a respeito do que foi lido", defende este brasileiro que alicerça a sua prática na Educação pelas Artes.

Uma turma que reunia alunos do 1.º ao 4.º ano do 1.º ciclo do ensino básico (crianças dos 6 aos 10/11 anos) recebia animada os novos títulos que chegavam a cada mês. O PÚBLICO assistiu a uma dessas visitas perto do final do ano lectivo e escutou crianças entusiasmadas com o que a mala escondia, primeiro, e revelava, depois. E já sabiam escolher. "Eu queria mais livros de poesia", disse uma das crianças; outra reclamou que "a mala devia ter mais livros sem palavras" (os chamados "livros silenciosos").

A professora Goretti de Oliveira, que tem esta turma a seu cargo, diz ao PÚBLICO que os encontros foram "bastante apelativos, enriquecedores e significativos para os alunos". Para ela, foi também uma aprendizagem,

FOTOS: ANA HORTA



apercebendo-se de que, "com as metodologias adoptadas, as crianças são mais activas e o papel do professor torna-se o de um intermediário e guia nas aprendizagens dos alunos".

Quer com isto dizer que "os alunos são os 'protagonistas' do próprio desenvolvimento". Acredita que "estas metodologias activas vão permitir que sejam incentivados para a leitura e para a descoberta do livro". Diz ainda que, "para uma criança, um livro pode despertar-lhe algo e encaminhá--la para outra qualquer coisa diferente".

Recolheu depoimentos dos seus alunos sobre esta prática. Escutemos o de Dinis Teixeira, de 7 anos: "Os livros da Mala de Leitura foram muito divertidos e eu gostei muito. A Mala de Leitura é para nós lermos os livros. Eu sei ler os livros da Mala de Leitura e fico muito feliz." E o de Lara Horta, de 9 anos: "A Mala de Leitura, com o Maurício, a Fernanda, a Filipa e a nossa professora foi incrível. Eu aprendi a ler melhor e descobri novos livros de vários tamanhos, formas e desenhos diferentes. O senhor Maurício era muito engraçado..."

Também Maurício Leite "colecciona" depoimentos de crianças que têm contactado com as suas diferentes "malas". Recorda com emoção uma carta manuscrita, que ainda preserva, de uma criança do estado brasileiro de Minas Gerais que foi leitora da Mala de Leitura em 1996, Rosiane Solange Balbino.

Excerto: "Quando a Mala de Leitura veio para cá, eu não sabia o que tinha dentro dela, ninguém sabia, só a professora, mas a hora que ela abriu a mala, tinha um tanto de livros e eu peguei um e li, era muito interessante. Foi aí que eu comecei a gostar de ler. (...) Eu e a mala nos tornámos grandes amigas, li muitos livros, foi muito gostoso ler livros com histórias interessantes. Foi com a Mala de Leitura que aprendi a escrever bem e a ler."

Reflecte Maurício Leite: "Vinte e oito anos se passaram. Hoje, ela já é uma mulher. O que será que aconteceu em sua vida? Será que continuou leitora? Plantamos para o futuro. Espero que a Rosiane ainda se lembre da Mala de Leitura e que ainda goste de ler."

No projecto actual, há um intercâmbio entre os leitores de Mértola e os leitores da cidade de Agudo, no Brasil. Portugal enviou um acervo com 30 livros de escritores e ilustradores portugueses e recebeu do Brasil a mesma quantidade de livros de escritores e ilustradores brasileiros.

"O encontro faz-se *online*: as crianças do Brasil lêem os livros portugueses e vice-versa. Depois, intermediados pelos professores, conversam, falam sobre as diferenças de algumas palavras, trocam poemas, compartilham músicas e culturas, como festas tradicionais, roupas, comidas regionais... Tem sido uma rica experiência para todos nós", conta Maurício Leite, que em 2014 venceu o prémio UNESCO de Leitura.

Muito antes, em 1990, as Malas de Leitura tiveram o apoio da organização não governamental americana Ashoka – Innovators for the Public e foram divulgadas nos Estados Unidos entre os anos de 1992 e 1999, através de palestras na Universidade de Harvard, em Boston, e na Universidade Columbia, em Nova Iorque. Foram apresentadas também, em formato de oficinas de leitura para pais e familiares, em várias bibliotecas de Nova Iorque e em escolas bilingues de bairros de Manhattan.

Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe também acolheram "malas", com o apoio do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. A convite do Sector de Educação da União Geral dos Trabalhadores de Espanha, a Mala de Leitura viajou por Madrid, Galiza, Astúrias e ilhas Canárias.

A Portugal chegou em 2005 e desde essa altura já percorreu mais de 40 bibliotecas públicas e escolares. Foi apresentada na Biblioteca Nacional e na Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB). Em 2013, as Malas de Leitura foram implantadas em Tábua, numa parceria com a Biblioteca Municipal João Brandão. Em Mértola desde 2022, tem o apoio da câmara municipal e conta com a colaboração e logística da biblioteca pública, coordenada por Fernanda Mestre.

"Há uma relação com a leitura cada vez mais mecânica. Isto é, os miúdos aprendem a ler, têm a competência da leitura, mas não têm a competência da interpretação. Não conseguem retirar da leitura aquilo que é a sua essência", diz ao PÚBLICO Rosinda Pimenta, vereadora da Cultura, Educação e Desporto, Apoio à Economia Local e Turismo, da Câmara Municipal de Mértola.

Falta-lhes a experiência mais profunda na relação com a escrita: "O conteúdo e a forma como aquilo que lemos nos toca, por um lado, quando falamos de literatura, e, por outro, a apreensão do conteúdo quando estamos a falar de temas mais científicos ou técnicos, o conteúdo escolar."

Livros em todo o lado

Fala neste projecto e de outros de educação pelas artes no concelho como "um desígnio". Quer vincular as crianças e jovens ao seu território de origem, proporcionando-lhes "experiências e memórias significativas". Não gosta do discurso pessimista das regiões com baixa densidade populacional. "Não façamos dela uma fatalidade, mas sim uma oportunidade", diz, lembrando que as instituições têm a possibilidade de conhecer de perto muitas famílias e ir ao encontro dos seus anseios e de as ajudar a resolver problemas.

O concelho de Mértola (distrito de Beja) ocupa uma extensão de 1292 km2 e tem uma densidade populacional de 5,3/km2. Nos Censos de 2021, contabilizava 6205 habitantes (49,5% homens, 50,5% mulheres), distribuídos por sete freguesias.

A actividade de promoção da leitura através da "mala" ocorre no espaço da aula, embora a criança possa ampliá-la para fora do horário escolar e em qualquer altura. Há a preocupação de "cuidar" de 130 miúdos, sem esquecer as cinco escolas fora da sede de concelho. Para isso, todas as juntas de freguesia têm livros, aspecto importante para os habitantes das aldeias que ficam longe da biblioteca municipal.

Rosinda Pimenta mostra-se satisfeita com a atitude dos docentes perante a Mala de Leitura: "Os professores são normalmente reactivos a essa intrusão [no tempo lectivo], por serem muito ciosos das suas metas de aprendizagem, mas aqui isso não se verificou. Houve uma progressiva aceitação, ao se aperceberem de como esta relação com o livro e a leitura promoveu e facilitou o desenvolvimento e interesse noutras áreas do conhecimento."

A vereadora deseja que esta promoção de leitura não se resuma apenas a uma visita por mês: "Gostaríamos que todos os dias os professores dessem um tempinho ao baú durante o período lectivo. É importante perceber que isso é um ganho."

Sobre esta prática, Fernanda Mestre, que coordena a biblioteca municipal, recorda as sugestões do Plano Nacional de Leitura e a discussão que já teve com os professores nesse sentido noutros anos. "Uns foram conseguindo isso, os miúdos tinham o livro escolhido em cima da secretária. Havia várias maneiras de introduzir essa rotina: ou nos primeiros cinco minutos da aula ou quando terminavam o trabalho. Cada um tem um ritmo diferente e, quando acabava as tarefas propostas, lia umas páginas do 'seu' livro. O próprio professor tinha um livro em cima da mesa para poder dar o exemplo e poder participar nessa dinâmica."

As Malas de Leitura chegaram a Portugal em 2005 e desde essa altura já percorreram mais de 40 bibliotecas públicas e escolares



Rosinda Pimenta prossegue: "É importante que estas práticas se realizem com continuidade. Ninguém cria hábitos de leitura, competências de interpretação e pensamento crítico num ano lectivo. Isto é um trabalho de uma vida."

Aos incentivos e impulsos virtuais e tecnológicos a que todos estamos sujeitos chama-lhes "o outro lado". E diz que "não nos dá descanso". Lembra que a quantidade de estímulos a que os jovens são expostos "é brutal" e acredita que os mais velhos "têm uma formação e uma solidez" que lhes permite "filtrar algumas destas coisas, reagir e afastar-se delas".

Deixa um alerta: "Se não fizermos qualquer coisa, estamos a criar uma geração absolutamente vulnerável às pessoas que falam muito alto. E não podemos. Acho que isso é um papel de todos, que se pode fazer de forma muito directa. A escola pode fazê-lo capacitando o conhecimento, mas também se pode fazer desta forma mais transversal, às vezes até subtil, mas muito continuada de formarmos as famílias, formarmos cidadãos conscientes e plurais."

Rosinda Pimenta lembra ainda que "o livro fala baixinho", mas precisa de "ser ouvido", e que há que capacitar as crianças e os jovens para terem noção de que "quem fala mais alto, normalmente, não é quem fala melhor".

Preocupa-a o tipo de textos a que as crianças estão expostas no meio digital, com "conteúdo quase telegráfico, mensagem curta em palavras e em significado, tudo muito condensado". Não há lugar para o pensamento e a crítica.

"Se nós tivermos com a leitura esta atitude mecânica e passiva, não compreendemos a mensagem. E, num mundo em que há tanta mensagem, é preciso capacitar estas crianças para a interpretação e não para a absorção, pura e dura e muito fugaz. Uma coisa que não é pensada, analisada. Quando estamos a trabalhar num contexto escolar, queremos fomentar as aprendizagens e estamos preocupados com o insucesso escolar, percebemos que a grande base daquilo que é a apreensão do conhecimento está na leitura com significância e com conteúdo", considera.

"Por isso, percebemos que era necessário trabalhar a relação dos miúdos com o livro, que tem também de ser física, de tacto, de toque, uma relação de prazer, individual, pessoal com o livro e com a leitura, trabalhando isso mesmo, que são os significados. E tentar construir à volta da leitura experiências significativas", diz.

Maurício Leite não tem dúvidas: "Isto só se consegue num trabalho de continuidade. Não é contando historinhas... de vez em quando."

Local Iniciativa nasceu no âmbito de doutoramento da Universidade de Aveiro

Ao ar livre, estes alunos andam à "caça" de borboletas — e aprendem a brincar

Projecto de Ciência-Cidadã levou dezenas de crianças para o meio da natureza em Oeiras, para aprenderem a identificar borboletas e outros insectos. O objectivo é replicar a iniciativa por todo o país



Reportagem

Claudia Carvalho Silva Texto
Daniel Rocha FOtografia

"Está ali uma!" O grupo de crianças do quarto ano grita e aponta enquanto a professora Clarisse Ferreira corre com uma rede pelo jardim, meneando-a para apanhar uma borboleta. "Caça-a" com a rede branca e transfere o pequeno insecto para um copo transparente, com uma lupa integrada. Os alunos amontoam-se para a ver, enclausurada naquele pequeno reduto com uma muralha de olhos curiosos à espreita.

A borboleta já está "velhinha", com as asas carcomidas. É uma malhadinha, identifica logo Clarisse Ferreira. Ana, de dez anos, questiona intrigada: "Como sabes tão rápido?" "Porque ando a estudar", responde a professora, libertando depois a borboleta no mesmo sítio onde a apanhara, perto de flores de jasmim. "Três, dois, um... liberdade!", gritam entusiasmados os cerca de 15 alunos. E assim passam a manhã, numa aula diferente: a ver borboletas, a caminhar pela natureza e a aprender mais sobre insectos.

A visita acontece com várias paragens numa manhã de sol em meados de Maio, nos jardins do Palácio do Marquês de Pombal, em Oeiras. Esta foi uma das visitas escolares que a investigadora Clarisse Ferreira planeou no âmbito do seu projecto de doutoramento em Biologia, na Universidade de Aveiro. "Aprender a brincar" é o objectivo, conta-nos. "Se os alunos e o público em geral não estiverem em contacto com a natureza, não têm aquela necessidade de a proteger e conservar."

A história não lhes é contada numa secretária na escola: aqui, vêem com os próprios olhos as poucas borboletas que se avistam num espaço tão vasto, calcorreiam o descampado com as próprias pernas à procura de insectos e usam as suas mãos para mexerem, para sentirem. "São experiências que nunca mais se vão esquecer", acredita Clarisse Ferreira. E sabe que isso é verdade porque se lembra de, quando era mais nova, a sua professora Angelina lhe pedir que se sentasse em silêncio nas dunas da Reserva Natural de São Jacinto, em Aveiro. A experiência ainda se nota nos conselhos que dá hoje: "Na natureza não se pode fazer barulho", sussurra. E pede-lhes que fechem os olhos e ouçam.

Mas os olhos estão aguçados para ver os pequenos insectos garridos, ainda que nem só de borboletas se faça este percurso: é também uma viagem pela biodiversidade e pela vida de outros animais. Muitos vão aparecendo: uma lagartixa, uma aranha, um escaravelho, uma abelha, coleópteros e até uma pele de cobra. "A minha ideia é transmitir a importância dos insectos polinizadores, nomeadamente das borboletas, mas não podemos olhar exclusivamente para elas", diz a investigadora ao Azul.

Isto é sobretudo importante quando muitas crianças não saem dos apartamentos onde vivem e acabam por ter medo de formigas, de moscas e de outros insectos. As borboletas têm esse lado reconciliador: "As pessoas amam as borboletas, olham para as borboletas e sentem-se felizes, elas têm esse serviço de ecossistema também, de provocar em nós um bem-estar", considera. Com a protecção do copo, tudo fica mais fácil. Durante a visita, os alunos fugiam da abelha *Xilocopa violacea*, mas já não se importaram tanto de a ver quando estava resguardada no objecto transparente. "Eles nunca viram assim nenhum outro insecto."

Além do que vêem, o conhecimento também vai sendo passado pela palavra. O passeio vai sendo pontuado por curiosidades, atiradas no meio da conversa: que as asas das borboletas têm escamas, que todos os insectos têm seis patas, que as aranhas não são insectos (dica: são aracnídeos), que há borboletas diurnas e nocturnas, que o próprio Marquês de Pombal tinha bichos-da-seda (*Bombyx mori*) - que também são borboletas. É uma forma de "dar a conhecer o porquê de termos de proteger e conservar esta biodiversidade", diz a professora.

Uma espécie extinta

De roupa desportiva e utensílios em riste, Clarisse Ferreira convida os alunos a seguirem-na: "Então, vamos aprender", diz. Primeiro passo: procurar flores. "As borboletas gostam muito de flores, levam o pólen de uma flor para outra nas patas." Ao atravessar a estrada para chegar à Quinta do Recreio do Marquês de Pombal, Clarisse manda parar o trânsito com a sua rede branca.

Depois, a professora de Biologia e Ciências Naturais corre atrás de uma borboleta, mas não chega a tempo de a apanhar. É um campo repleto de flores. "Não é maravilhoso para as borboletas? Não era de ter muitas aqui?", pergunta. Era, mas não tem. A explicação vem de seguida: há cada vez mais casas, menos habitat, mais pesticidas, mais alterações climáticas, mais espécies exóticas e menos cardos que as borboletas adoram.

Foi o que aconteceu com a espécie-bandeira do seu projecto de Ciência Cidadã Be Butterfly Friendly , a fritilária-do-sul (*Melitaea aetherie*), que está localmente extinta no município de Oeiras e classificada como "vulnerável" a nível nacional. Esta borboleta desapareceu de Oeiras porque a sua larva utilizava apenas o cardo *Cynara cardunculus* (também conhecido como cardo-leiteiro) como planta



15

É o número de escolas do município de Oeiras onde se realizaram as primeiras visitas, ainda numa fase de teste





hospedeira. É esta a borboleta que está no cerne do doutoramento em Biologia de Clarisse Ferreira, que é agora investigadora na Universidade de Aveiro.

O município de Oeiras tem oferecido bolsas de mestrado e doutoramento a professores e educadores de infância e Clarisse Ferreira, professora no município, conseguiu uma dessas bolsas. É essa a razão para que estas primeiras visitas da "fase de teste" tenham apenas sido feitas em 15 escolas no município. Com os dados recolhidos no terreno, o objectivo é agora reestruturar o projecto e apresentar à ASPEA (Associação Portuguesa de Educação Ambiental) uma "oferta de educação ambiental a nível nacional".

Além da bolsa, o projecto é também partilhado pelo Clube de Ciência Viva na Escola Secundária Quinta do Marquês e pela ASPEA e conta ainda com outra bolsa, no valor de 1379 euros, atribuída pela Forestry and Nature Conservation Agency, uma organização do Ministério da Agricultura de Taiwan dedicado à gestão florestal sustentável e à conservação da natureza. As visitas de campo das escolas do 1.º e 2.º ciclos tiveram também apoio da Divisão de Educação e Ambiente da Câmara Municipal de Oeiras.

Objectivo passa por reestruturar o projecto e apresentar à ASPEA uma "oferta de educação ambiental a nível nacional"

Insectos e mais insectos

Quase no final da visita, a professora distribui copos e lupas pelos alunos para que tentem apanhar um pequeno animal. Ana queria apanhar uma borboleta. "Mas elas voam e acho que pode ser difícil", reflecte a aluna, antes de se lançar à aventura, por entre as ervas, folhas secas e muros cobertos de musgo. No final, regressou com uma aranha, que agora sabe que é um aracnídeo e não um insecto.

Outros alunos regressam à base com formigas e aranhas, e vão experimentando os óculos caleidoscópicos para "verem" como os insectos. Ao lado, Rosarinho, de nove anos, tem uma folha de magnólia presa no bolso das suas jardineiras e mostra o bicho-de-conta que capturou. Mais tarde, conta-nos que a parte preferida de todo o passeio "foi andar em vez de estar na sala de aula".



Não podemos dispensar nenhum [insecto], porque senão um pode tornar-se uma praga sem ter um predador

Carisse Ferreira
Investigadora e professora

No final da visita, o balanço não foi positivo para as borboletas: foram avistadas apenas três espécies numa área tão vasta (a malhadinha, a borboleta-branca-da-couve e uma borboleta nocturna). "Está pobre", ouve-se. Mas, para os alunos, a experiência foi positiva. "Eles estavam muito entusiasmados, gostam sempre destas saídas e de observar", conta-nos Carla Dias, professora desta turma de quarto ano da Escola Visconde de Leceia, onde querem criar um jardim de borboletas para juntar à horta que já têm e à capoeira com galinhas. De resto, não tem dúvidas sobre o sucesso destas saídas de campo. "Às vezes parece que os alunos estão distraídos, mas quando regressamos à escola ficou lá sempre qualquer coisa", diz. "O que vivem fica marcado."

A tese de doutoramento de Clarisse Ferreira é orientada por Olga Ameixa e Paulo Silveira - ele especializado na parte das plantas, ela na parte dos insectos. Olga Ameixa, investigadora auxiliar do Centro de Estudos do Ambiente e do Mar (CESAM) e do Departamento de Biologia da Universidade de Aveiro, acredita que este é um projecto "extremamente importante", até porque "as crianças podem ser os agentes destas mudanças [de mentalidade] a longo prazo, e também no imediato junto das suas famílias e amigos".

Além disso, "as borboletas são bons indicadores do estado da biodiversidade" porque estão presentes em muitos locais e reagem rapidamente às mudanças ambientais, porque têm ciclos de vida curtos, explica ao Azul. E, claro, também ajuda o facto de serem "insectos carismáticos" e fáceis de reconhecer.

Certo é que todos os insectos são importantes. "Não podemos dispensar nenhum, porque senão um pode tornar-se uma praga sem ter um predador", comenta Clarisse Ferreira. "Tento sempre mostrar que é importante um equilíbrio no ecossistema. Todos têm uma função, mais que não seja comer o outro", diz a brincar. No caso das borboletas, são importantes polinizadoras e também têm um papel necessário na produção de alimentos.

O diagnóstico está feito, mas o que falta são "estratégias que promovam o aumento da biodiversidade dos insectos", aponta a investigadora, reconhecendo que há muito pouco conhecimento sobre esta "dialéctica" entre as plantas hospedeiras e as borboletas. "Faz-se ainda muito pouco." E, por isso, um dos seus objectivos é ensinar a criar jardins para borboletas (sobretudo em escolas), com plantas hospedeiras que estes animais realmente precisem, como as plantas nectaríferas. Já tem andado a distribuir arruda, medronheiros, *Cynara cardunculus* pelas escolas.

Gostava que, um dia, estas visitas ajudassem as crianças a compreender "que é importante termos hortas biológicas, comer produtos de agricultura biológica, para podermos ter os terrenos com menos pesticidas, os rios com menos águas de escorrência de fertilizantes...", diz. E resume, com esperança: "Para termos um planeta menos poluído, capaz de ter mais insectos e reverter o declínio da biodiversidade". Para que, nas futuras gerações, um mundo pontilhado por borboletas coloridas não seja uma miragem longínqua.



Saiba mais sobre ambiente em publico.pt/azul

"A Venezuela é o peão de Putin para condicionar as negociações com os EUA"

Andrés Malamud, especialista em política sul-americana, considera que não haverá transição pacífica no país. E receia que Maduro cumpra a ameaça de invadir a Guiana Essequiba, como teme o Brasil

Leonete Botelho

Uma transição pacífica para a democracia na Venezuela "é o cenário mais improvável" neste momento e Nicolás Maduro pode mesmo fazer escalar a crise política para um cenário de guerra, cumprindo a promessa de invadir o território vizinho de Essequibo, para calar a comunidade internacional e colocar pressão sobre o Brasil e os EUA. É esta a análise do cientista político argentino Andrés Malamud, investigador principal do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. "Enquanto Putin tiver a guerra na Ucrânia, a Venezuela será o seu peão para condicionar as negociações com os EUA", afirma Malamud ao PÚBLICO.

HENRY CHIRINOS/EPA



Vigília em Caracas pela libertação dos mais de 2000 presos políticos desde as eleições de 28 de Julho

Por partes: para o antigo membro do comité executivo da Associação Latino-Americana de Ciência Política, há dois actores nacionais e três internacionais na actual situação política da Venezuela. Os dois actores nacionais são o Governo de Maduro e a oposição, liderada por Edmundo González e María Corina Machado. "A expectativa da oposição era criar fissuras no Governo, alentando os comandos médios das Forças Armadas para não reprimir a população, mas que por enquanto fracassou".

Já os três actores internacionais são os conjuntos dos países que apoiam o regime (China, Rússia, Cuba e Irão), dos que apoiam a oposição (União Europeia e boa parte dos países latino-americanos) e "dos que, preferindo a democracia à ditadura, dão prioridade, porém, à estabilidade política: EUA, Brasil, Colômbia e México".

"Este último grupo procura evitar, quer a anarquia na Venezuela, quer a intervenção directa do primeiro grupo [China, Rússia, Cuba e Irão]. O resultado deste equilíbrio de forças é a manutenção do *statu quo*", sustenta Malamud em conversa escrita com o PÚBLICO. O que Brasil, Colômbia, México e EUA pretendem "é que Maduro não se entregue completamente à Rússia nem invada o Essequibo", sublinha.

A mina de Essequibo

O Essequibo é um território que ocupa quase 70% da Guiana e que a Venezuela lhe disputa há muito tempo, mas que no último ano se tornou uma quase obsessão de Maduro. Em Dezembro passado, lançou mesmo um referendo nacional sobre a anexação do território vizinho em cujo mar foram descobertas em 2015 enormes jazidas de petróleo, obtendo 95% de votos favoráveis. Duas semanas depois do referendo, e após os EUA terem anunciado exercícios militares, a Guiana e o Brasil terem enviado contingentes militares para a fronteira com o país, os líderes dos dois países reuniram-se nas Caraíbas e concordam em não usar a força por causa do território. A tensão diminuiu, mas a controvérsia manteve-se.

> **Lula está disposto a aceitar que se mantenha a ditadura de forma estável para que não haja guerra**
> **Andrés Malamud**
> Cientista político

No início de Abril deste ano, Maduro promulgou uma lei aprovada pela Assembleia Nacional que, na prática, criou um estado venezuelano em Essequibo. A lei também concede ao Governo da Venezuela o poder de proibir a "a celebração de contratos ou acordos com pessoas jurídicas que operem ou colaborem com operações estrangeiras nos territórios terrestres" da região em disputa. O que afecta, principalmente, empresas que já exploram petróleo na região sob autorização do Governo da Guiana, como a ExxonMobil, que descobriu as reservas.

Na altura, observadores brasileiros citados pela BBC News Brasil consideraram que a publicação da lei estava relacionada com as eleições presidenciais da Venezuela, como forma de mobilizar o eleitorado em torno do assunto e obter vantagens sobre seus adversários. Agora, Andrés Malamud considera que uma invasão do território serviria para distrair a comunidade internacional da crise política interna e que o receio de que aconteça é o principal motivo pelo qual os países com maior influência sobre Maduro, e em particular o Brasil, não tomam posições mais fortes.

Guerra na América Latina?

O risco de invasão existe, pelo menos "nos pesadelos de Lula e do Itamaraty [sede do Ministério das Relações Exteriores do Brasil], e isso chega", afirma ao PÚBLICO. No seu *podcast Fenómeno Barrial*, no Spotify, vai mais longe e afirma que "os amigos da Venezuela estão a impulsionar Maduro para escalar militarmente o conflito doméstico", pois isso é "do interesse da Rússia, que pretende conseguir uma alavanca de negociação noutro continente para ficar em melhores condições à mesa das negociações sobre a Ucrânia".

Essequibo "parece uma vitória fácil", explica Malamud, pois é um território imenso, quase todo ocupado por floresta, "com pouca gente e muita riqueza natural".

Se Maduro planeia ou não a invasão, "não sabemos, mas é isso que teme o Brasil". Esse é o "terror de Lula, que não quer uma guerra nas suas fronteiras e ainda menos que envolva potências militares como a Rússia e os EUA". "Por isso o Brasil não quer que o conflito escale e apenas quer que Maduro se cale", afirma, considerando que Lula "está disposto a aceitar que se mantenha a ditadura de forma estável para que não haja guerra".

Irão já tem material para “algumas armas nucleares, se quiser”, diz agência dos EUA

Leonete Botelho

Aumentam as preocupações numa altura em que se espera “a qualquer segundo” uma retaliação do país a Israel

A directora da comunidade dos serviços de informação dos EUA divulgou na sexta-feira uma nota em que afirma que o Irão “já produziu material nuclear suficiente para algumas bombas”. “O Irão empreendeu actividades que o colocam em melhor posição para produzir dispositivos nucleares, se assim o decidir”, informou Avril Haines, citada pelo canal World is One News (WION).

A informação chega num momento em que se espera uma retaliação do Irão contra Israel pelo assassínio do líder político do Hamas, Ismail Haniyeh, na passada semana, em Teerão, onde se encontrava como convidado para a tomada de posse do novo Presidente, Masoud Pezeshkian. Uma retaliação que o próprio regime iraniano confirma poder acontecer “a qualquer segundo”, nas palavras do embaixador do Irão em Portugal.

“Haverá uma resposta *[feedback]* nesta questão. Quando, onde e como não sei [...] a qualquer segundo”, afirmou Seyed Majid Tafreshi em entrevista à RTP. “Quando somos alvo de um ataque, temos de fazer algo. A outra parte deve compreender que somos suficientemente poderosos”, justificou. Questionado sobre o tipo de armas que poderão ser usadas nesse ataque, afirmou que “serão convencionais”: “Normalmente somos contra armas de destruição maciça. O Médio Oriente precisa de paz”.

Ontem, o novo Presidente do Irão, Masoud Pezeshkian, anunciou ter reconduzido Mohammad Eslami como chefe da Organização de Energia Atómica do país, informou a imprensa estatal, citada pela Reuters. “Devido à sua valiosa experiência de gestão, nomeio-o vice-presidente e director da Organização da Energia Atómica”, declarou o Presidente Masoud Pezeshkian no anúncio da sua nomeação.

O *Wall Street Journal* (*WSJ*) também noticiou ontem que o Irão está mais bem posicionado para lançar um programa de armas nucleares, segundo uma nova avaliação dos serviços secretos dos EUA. “Os serviços de informações dos Estados Unidos continuam a acreditar que o Irão não está actualmente a trabalhar na construção de um engenho nuclear, disse um funcionário americano àquele jornal.

ANADOLU/GETTYIMAGES



O novo Presidente do Irão, Masoud Pezeshkian, reconduziu o director da Organização de Energia Atómica do país

Uma retaliação do Irão a Israel pelo assassínio do líder do Hamas no país pode acontecer “a qualquer segundo”

As novas informações sobre os esforços nucleares do Irão surgem numa altura crítica, em que o Irão já produziu combustível nuclear altamente enriquecido suficiente para algumas armas nucleares. Mas o *WSJ* sublinha que não há provas de que o *ayatollah* Ali Khamenei, líder supremo do Irão, esteja a considerar a possibilidade de retomar o programa de armas nucleares do seu país, que, segundo os serviços secretos dos EUA, foi, em grande parte, suspenso.

No entanto, têm vindo a crescer as preocupações da comunidade internacional sobre os desenvolvimentos desse programa. Em Fevereiro, um relatório confidencial da Agência Internacional da Energia Atómica (AIEA) alertou que o Irão aumentou significativamente as suas reservas de urânio enriquecido nos últimos meses, prosseguindo a sua escalada nuclear, apesar de negar querer adquirir a bomba atómica.

Em Junho, o secretário de Estado norte-americano, Antony Blinken, afirmou que o Irão tem capacidade para produzir material físsil para uma arma nuclear dentro de “uma ou duas semanas”.

“A situação actual não é boa. O Irão, devido ao fim do acordo nuclear, em vez de estar a pelo menos um ano de ter a capacidade de produzir material físsil [capaz de sustentar uma reacção em cadeia] para uma arma nuclear, está agora provavelmente a uma ou duas semanas de o conseguir fazer”, disse Antony Blinken, que discursava no Fórum de Segurança em Aspen, no Colorado (EUA).

Ataque israelita mata pelo menos 100 pessoas em escola na Faixa de Gaza

Um ataque lançado por Israel contra uma escola na cidade de Gaza matou pelo menos 100 pessoas na sexta-feira à noite, informou a Protecção Civil da Faixa de Gaza, controlada pelo movimento islamista palestiniano Hamas.

“O número de mortos é agora de 90 a 100 e há dezenas de feridos adicionais” na Escola Al-Tabai’een, no sector de Al-Sahaba, na cidade de Gaza, disse à agência de notícias France-Presse (AFP) o porta-voz da Protecção Civil, Mahmoud Basal. O número foi depois foi actualizado para, pelo menos, uma centena de vítimas.

Inicialmente, Basal tinha anunciado, na plataforma Telegram, que o ataque israelita tinha deixado “40 mártires e dezenas de feridos”. O porta-voz disse à AFP que a Escola al-Tabai’een, que, segundo ele, albergava “palestinianos deslocados”, foi alvo de três ataques.

As Forças de Defesa de Israel (IDF, na sigla em inglês) afirmaram ter “atacado com precisão os terroristas do Hamas que operavam dentro de um centro de comando e controlo do Hamas localizado na Escola Al-Tabai’een”. As IDF afirmaram ter tentado diminuir o número de civis atacados com recurso a “ munições de precisão e vigilância aérea”, avançou a Reuters.

O centro de comando e controlo serviu de “covil para terroristas e comandantes do Hamas”, a partir do qual foram planeados e preparados vários ataques contra o Exército israelita, disseram as IDF, em comunicado.

O Hamas afirmou que o ataque foi um crime horrível e uma grave escalada do conflito. Israel afirma, pelo seu lado, que o Hamas se instala entre os civis de Gaza, operando a partir de escolas, hospitais e zonas designadas como humanitárias – o que o Hamas nega. De acordo com a imprensa controlada pelo Hamas, a escola, situada junto a uma mesquita no Bairro de Daraj Tuffah, acolhia cerca de 250 pessoas deslocadas, mais de metade das quais eram crianças e mulheres.



Ataque na Cidade de Gaza

O Ministério dos Negócios Estrangeiros do Egipto condenou o ataque, que ocorreu no momento em que os mediadores tentavam retomar as negociações de cessar-fogo, e afirmou que a morte de civis em Gaza mostrava que Israel não tem intenção de pôr fim à guerra.

A União Europeia, pela voz do alto-representante para a Política Externa e de Segurança, condenou também o ataque israelita. “Horrorizados com as imagens de uma escola em Gaza atingida por um ataque israelita, que terá feito dezenas de vítimas palestinianas”, escreveu Josep Borrell na rede social X. O responsável pela diplomacia da UE disse que “pelo menos dez escolas foram alvo de ataques nas últimas semanas” e sublinhou: “Não há justificação para estes massacres.”

O porta-voz do presidente palestiniano Mahmoud Abbas, Nabil Abu Rudeineh, apelou aos EUA, aliados de Israel, para pôr termo ao “apoio cego que leva à morte de milhares de civis inocentes, incluindo crianças, mulheres e idosos”.

Sami Abu Zuhri, alto funcionário do Hamas, disse que o ataque deveria servir como um ponto de viragem, uma vez que os mediadores estão a tentar retomar as negociações de cessar-fogo. O grupo está a estudar uma nova proposta para discussão, mas não entrou em pormenores.

No domingo passado, a Protecção Civil da Faixa de Gaza disse que pelo menos 30 pessoas tinham morrido e dezenas feridas em ataques israelitas distintos a duas escolas na cidade de Gaza, no Norte do enclave. “Com estes dois novos massacres, o Exército de ocupação bombardeou e atacou 172 abrigos habitados por dezenas de milhares de pessoas deslocadas”, afirmaram as autoridades do Hamas. O grupo islamista assegurou, na altura, que pelo menos 1040 pessoas tinham morrido em ataques israelitas a escolas desde o início da guerra. **Lusa/Reuters**

No jogo conservador para substituir Sunak, ataques entre candidatos valem "cartão amarelo"

António Saraiva Lima

Partido Conservador quer "disputa limpa" pelo cargo do ex-primeiro-ministro britânico e não vai tolerar calúnias entre candidatos

Recentemente eleito líder do Comité 1922, o grupo que representa todos os deputados do Partido Conservador na Câmara dos Comuns do Parlamento do Reino Unido, Bob Blackman não tem grandes dúvidas: "As constantes calúnias e ataques entre colegas durante a última legislatura, tanto em público como nos *media*, são uma das razões pelas quais o partido se saiu tão mal na eleição geral."

Ao fim de 14 anos no poder, os últimos dos quais marcados por uma verdadeira guerra entre diferentes facções do partido, os *tories* sofreram a pior derrota de sempre nas eleições legislativas de 4 de Julho, vencidas de forma clara pelo Partido Trabalhista. Com apenas 121 deputados eleitos, menos 251 dos que elegeu em 2019, o agora ex-primeiro-ministro, Rishi Sunak, não teve outra hipótese senão apresentar a demissão da chefia do partido.

Enquanto responsável máximo pela definição das regras, do calendário e de todo o processo de escolha do novo líder do Partido Conservador – partido que, por ter ficado em segundo lugar na votação, ficou com o estatuto de oposição oficial ao novo Governo trabalhista na câmara baixa do Parlamento –, Blackman decidiu introduzir um inédito sistema de supervisão e controlo das intervenções públicas dos seis candidatos na corrida, destinado a assegurar uma "disputa boa e limpa".

Quaisquer ataques ou difamações de cariz pessoal entre candidatos levados a cabo durante a campanha, já iniciada, e o final do processo eleitoral, em Novembro, serão sancionados com a exibição de um "cartão amarelo", anunciou o líder do Comité 1922 em meados de Julho. De acordo com este sistema, Bob Blackman e Stuart Andrew, o *chief whip* – responsável por assegurar a disciplina de voto na bancada conservadora –, serão os árbitros e terão poderes para "intervir" se considerarem que algum candidato passou das marcas.

A amostragem do "cartão amarelo" implica um aviso ao autor dos ataques, que pode ser feito sob a forma de um comunicado público ou de uma missiva destinada aos militantes do Partido Conservador.

TOLGA AKMEN/EPA



Kemi Badenoch é a favorita entre os militantes *tories*



Basicamente, só queremos impedir as pessoas de [fazerem] calúnias constantes

Bob Blackman
Líder do Comité 1922

Caso os ataques envolvam antigos deputados, o presidente do partido, Richard Fuller, junta-se à equipa de arbitragem para, em conjunto, "garantirem que são tomadas medidas adequadas". "Basicamente, só queremos impedir as pessoas de [fazerem] calúnias constantes", explicou Blackman. "Há uma diferença entre uma discussão vigorosa e ataques a outros indivíduos apenas porque não se gosta do que estão a propor."

Questionado pelos *media* sobre a possibilidade de o Comité 1922 também poder admoestar os candidatos com um "cartão vermelho", o líder do grupo parlamentar disse que espera que não seja necessário chegar a esse ponto.

"Se for exibido um 'cartão amarelo' e se for emitido um comunicado público e para os militantes, dizendo que um candidato violou as regras, isso já será extremamente prejudicial para as suas hipóteses de ser eleito", acredita Blackman, admitindo, ainda assim, que estão previstas "sanções" para os infractores.

Para o lugar de Rishi Sunak candidatam-se seis deputados conservadores, todos antigos membros do Governo nos últimos anos: James Cleverly (ex-ministro do Interior), Kemi Badenoch (ex-ministra do Comércio), Priti Patel (antiga ministra do Interior), Mel Stride (ex-ministro do Trabalho), Robert Jenrick (antigo secretário de Estado da Imigração) e Tom Tugendhat (antigo secretário de Estado da Segurança).

Segundo as sondagens, Badenoch é a favorita entre os militantes, que parecem gostar do seu estilo de comunicação combativo – a ex-ministra começou a destacar-se publicamente em 2022 com os seus discursos "anti-*woke*" e críticos das questões relacionadas com a identidade de género. A sua postura aguerrida pode, no entanto, ter criado anticorpos entre os deputados conservadores, que são quem vota nas primeiras etapas da votação interna.

Segundo as regras definidas pelo Comité 1922, os 121 deputados *tories* vão participar em sucessivas votações, que se realizarão em Setembro e Outubro, nas quais o candidato menos votado vai sendo eliminado. Os quatro concorrentes que ultrapassarem as primeiras votações terão a hipótese de discursar no congresso anual, que se vai realizar entre 29 de Setembro e 2 de Outubro, em Birmingham. Os cerca de 170 mil militantes do partido são, depois, chamados a escolher entre os dois candidatos finais, numa votação *online* que decorrerá até ao dia 31 de Outubro. No dia 2 de Novembro, o Partido Conservador terá um novo líder.

Rússia impõe "medidas antiterroristas" em três regiões na fronteira

Paulo Narigão Reis

Ao quinto dia da ofensiva ucraniana na região de Kursk, autoridades russas retiraram 76 mil pessoas e enviaram reforços

Mais de 76 mil pessoas foram retiradas das áreas que fazem fronteira com a Ucrânia na região russa de Kursk, informaram ontem as autoridades locais de emergência, numa altura em que a ofensiva ucraniana em território da Rússia, a maior desde o início da guerra, não dá sinais de abrandar.

As dificuldades das defesas russas para conter a incursão do Exército ucraniano, que terá penetrado pelo menos 20km na região de Kursk, levaram Moscovo a adoptar o que classificou como "medidas antiterroristas" em três regiões fronteiriças do país. Para além de Kursk, também Belgorod e Bryansk foram abrangidas pelas medidas, que permitem restringir a circulação de pessoas e veículos e utilizar escutas telefónicas.

"O regime de Kiev fez uma tentativa sem precedentes para desestabilizar a situação em várias regiões do nosso país", afirmou o Comité Nacional Antiterrorismo da Rússia numa declaração a justificar uma operação que, diz, visa "garantir a segurança dos cidadãos e acabar com a ameaça de actos terroristas".

Para tentar deter o avanço ucraniano e prevenir que outras zonas fronteiriças possam também vir a ser alvo de ataques, Moscovo enviou um reforço de efectivos e equipamento militar para as regiões, incluindo tanques, lançadores de *rockets* e unidades de aviação.



A ofensiva da Ucrânia na região de Kursk começou na terça-feira

As forças ucranianas irromperam pela fronteira russa na manhã de terça-feira e varreram algumas partes ocidentais da região russa de Kursk, um ataque-surpresa que pode ter como objectivo obter vantagem em possíveis negociações de cessar-fogo. Com o apoio de enxames de *drones* e fogo de artilharia pesada, as unidades ucranianas moveram-se rapidamente para ocupar um pedaço do território russo junto à fronteira, enquanto unidades de sabotagem penetraram mais profundamente dentro da Rússia, de acordo com relatos publicados por *bloggers* militares russos.

"As Forças Armadas continuam a repelir a tentativa de invasão das forças ucranianas", afirmou ontem o Ministério da Defesa russo, acrescentando que os combates mais intensos se concentraram em torno de Malaya Loknya, Olgovka e Ivashkovskoye, povoações situadas entre 10 e 20 km da fronteira com a Ucrânia.

Bloggers militares russos escreveram ontem que a situação estabilizou depois de a Rússia ter enviado tropa suplementar para travar o avanço ucraniano, embora tenham afirmado também que Kiev estava a aumentar rapidamente as suas forças.

"Está em curso uma operação militar em grande escala contra um inimigo muito sério que não é certamente idiota", disse Yuri Podolyaka, um popular *blogger* militar pró-russo, nascido na Ucrânia.

Noutra frente de guerra, no Sul, a marinha e os serviços secretos militares ucranianos atacaram e danificaram uma antiga plataforma de gás *offshore* utilizada pelas forças russas no mar Negro, informou ontem o porta-voz da marinha ucraniana.

"Os ocupantes usaram este local para falsificação de sinais de GPS para tornar a navegação civil perigosa. Não podemos permitir que isto aconteça", declarou Dmytro Pletenchuk no Facebook.

Mesmo sob pressão no seu próprio território, a Rússia continua a lançar ataques aéreos sobre a Ucrânia. Na sexta-feira, um bombardeamento que atingiu um supermercado na cidade ucraniana de Kostiantinivka (Leste) causou pelo menos uma dezena de mortes e 35 feridos, um ataque condenado pela União Europeia. "A Rússia voltou a atacar civis ucranianos. Apoiamos a responsabilização por este e outros crimes de guerra russos", disse o chefe da diplomacia da UE, Josep Borrell. **com Agências**





Uma história traçada pela culpa.



COLECÇÃO **NOVELA GRÁFICA VIII** - EDIÇÃO QUINZENAL

LIVRO 4 - CRIME E CASTIGO

Argumento e desenho: Bastien Loukia

Crime e Castigo, de Dostoiévski, é um clássico cuja leitura poucos se atrevem a terminar, mas que todos conhecem. Numa adaptação e ilustração de Bastien Loukia, que equilibra fidelidade e originalidade, a história do ex-estudante Raskolnikov, que assassina uma agiota e a sua irmã, desenrola-se num drama de remorso, culpa e loucura. A sua fidelidade ao texto original e a simplicidade das expressões enfatizam as palavras poderosas de Dostoiévski.

COMPRE AQUI



loja.publico.pt

*Colecção de 11 livros em capa dura. PVP unitário: vols. 3, 5, 8, 9 e 11: 13,90 €; vols. 1, 2, 7 e 10: 14,90 €; vols. 4 e 6: 15,90 €. Preço total da colecção: 160,90 €. Periodicidade quinzenal às sextas, entre 5 de Julho e 22 de Novembro de 2024. Stock limitado.

Crédito pessoal sem finalidade específica já aumentou 39% no semestre



Só um dos cinco maiores bancos reduziu “deliberadamente” exposição ao crédito ao consumo. Contratação de montantes pequenos *online* ajuda a explicar aumentos

Rosa Soares

O crédito ao consumo concedido no ano passado totalizou 7,6 mil milhões de euros, o montante mais elevado desde que o Banco de Portugal (BdP) começou a compilar esses dados, em 2012. E a trajectória de crescimento mantém-se no primeiro semestre do corrente ano, com o total de crédito concedido a subir 17,14%, para 4346 milhões de euros (3710 milhões no mesmo período de 2023).

A subida do total de crédito concedido é significativa, mas impressiona mais quando se isola o crédito pessoal sem finalidade específica, em que o crescimento dos valores concedidos entre Janeiro e Junho subiu 39,3%, ascendendo a 1478 milhões de euros (1061 milhões no período homólogo). No total de 2023, o crédito pessoal tinha diminuído 5% face a 2022.

Se o crédito ao consumo tem sido puxado pelo crescimento do crédito automóvel, entre outros, no crédito sem finalidade definida, concedido em valores relativamente baixos, mas, em muitos casos, com acumulação de vários por consumidor, não se sabe exactamente qual o destino. Neste último tipo de empréstimos, é frequente encontrarem-se situações em que os novos pedidos se destinam a pagar outros créditos contraídos anteriormente, nomeadamente quando há consolidação de vários créditos, mas também para fazer face a outras despesas, como “as cauções de contratos de arrendamento”, adianta ao PÚBLICO a coordenadora do Gabinete de Protecção Financeira (GPF) da Deco.

“Mas na maioria dos casos desconhece-se a finalidade deste crédito”, admite a responsável, alertando para o facto de “os montantes iniciais neste tipo de crédito serem habitualmente pequenos, mas rapidamente assumirem valores elevados face à capacidade financeira dos devedores”.

Em 2023, o montante médio dos contratos de crédito pessoal foi de 6700 euros (7000 euros em 2022) e no crédito automóvel foi de 15.100 euros (14.800 euros em 2022), e o montante médio dos contratos de crédito *revolving* (cartões de crédito e outros descobertos bancários) manteve-se nos 1500 euros.

Nas contas semestrais dos cinco maiores bancos, verifica-se um crescimento significativo na carteira de crédito ao consumo (total agregado), à excepção do banco BPI, cujo montante acumulado caiu 10% face ao valor apresentado no final do primeiro semestre do ano passado. O maior crescimento verificou-se no Novo Banco (18%), seguido do BCP (9%) e da Caixa Geral de Depósitos (8%), com o Santander a ficar nos 0,5%. Este crescimento beneficia dos aumentos registados na segunda metade de 2023.

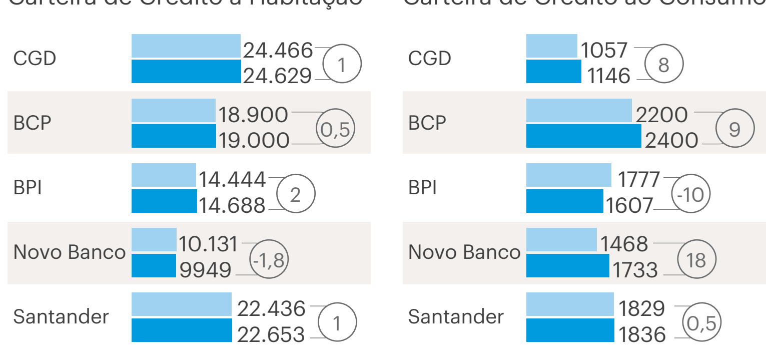
Na apresentação de contas semestrais, o presidente do BPI, João Pedro Oliveira e Costa, admitiu que “se tem verificado um aumento na procura de crédito pessoal”, mas notou que a redução verificada no banco “resultava de uma estratégia deliberada”, assumindo ainda que a instituição tem de ter “um papel de alguma prudência”. Questionado pelo PÚBLICO sobre as razões que levam o BPI a assumir “alguma prudência”, a instituição limitou-se a acrescentar que “avalia sempre com rigor o risco e a capacidade de pagamento do cliente, como é comprovado pelos seus indicadores de incumprimento, limitando-se a aplicar esses critérios, com uma atitude pedagógica junto daqueles que apresentem já uma elevada taxa de esforço”.

O forte crescimento do crédito ao consumo acontece numa altura em que se verifica um considerável abrandamento no crédito à habitação, que deixa maior liquidez disponível nos cofres das instituições financeiras. O abrandamento do crédito para compra de casa é explicado pelo custo elevado dos imóveis e pelas taxas de juro elevadas (embora em queda no caso das Euribor), que tornam a aquisição de casa própria inacessível a muitas pessoas, nomeadamente aos jovens.

O total de crédito ao consumo concedido em 2023 atingiu um valor recorde em Portugal

Evolução da carteira de crédito a particulares nos cinco maiores bancos no primeiro semestre
Valores em milhões de euros





Fonte: Bancos - Resultados do primeiro semeste/PÚBLICO

A carteira de crédito à habitação no final do primeiro semestre de 2024, face a igual período do ano anterior, aumentou 2% no banco BPI, 1% na Caixa e no Santander, e caiu 1,8% no Novo Banco. Importa salvaguardar, no entanto, que há alguns pedidos “adiados”, até agora à espera da redução de alguns impostos aprovados pelo actual Governo, e também de outra medida, a da garantia pública para permitir o acesso a 100% do empréstimo face ao valor de aquisição, já publicada em *Diário da República*, mas ainda em processo de negociação com o Banco de Portugal e as entidades bancárias para a sua aplicação. Esta medida, ainda sem data para a sua aplicação, destina-se a jovens até 35 anos na compra de habitação própria e permanente.

Um banco mais cauteloso

Relativamente aos critérios de con-

GONÇALO PORTUGUES



cessão de crédito aos particulares no segundo trimestre do corrente ano, apenas uma das cinco maiores instituições financeiras que participam no Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito em Portugal admite ter adoptado critérios ligeiramente mais restritivos no crédito ao consumo e outros fins, e sem alterações no crédito à habitação.

Os critérios de concessão de crédito permaneceram "praticamente inalterados no crédito a empresas e a particulares para aquisição de habitação" e foram "ligeiramente mais restritivos no crédito ao consumo e outros fins", lê-se no relatório relativo ao inquérito realizado em Junho e divulgado no mês passado.

"A situação e perspectivas económicas gerais e a qualidade creditícia dos consumidores contribuíram ligeiramente para tornar os critérios de concessão mais restritivos no crédito ao consumo e outros fins", refere ainda o documento, sendo que esta alteração só foi apontada por uma instituição (que não é identificada), considerando as restantes quatro que não se verificaram alterações nos critérios adoptados.

Ao nível dos termos e condições do crédito, "não se verificaram alterações nos empréstimos para aquisição de habitação", registando-se, contudo, um ligeiro aumento da taxa de juro praticada nos empréstimos ao consumo e outros fins. Na proporção de pedidos de empréstimo rejeitados verificou-se um ligeiro aumento nos empréstimos a particulares em ambos os segmentos de crédito, sinal dado por apenas uma das cinco instituições. Por último, as expectativas das instituições vão no sentido de que os critérios de concessão permanecerão praticamente inalterados no crédito a particulares.

4346

milhões de euros é o montante de crédito ao consumo entre Janeiro e Junho deste ano, mais 17% do que no período homólogo

Créditos ao consumo

Há particulares a obter vários no espaço de meses, no mesmo banco

Rosa Soares

Seguros de vida associados aos empréstimos ao consumo, pagos através de outro crédito, são negócio paralelo

A crescente oferta de empréstimos *online*, disponibilizada por grandes bancos, instituições financeiras especializadas em crédito ao consumo ou ainda por novos intermediários de crédito, com prazos de aprovação muito curtos, poderá ajudar a explicar o aumento global dos créditos a particulares sem finalidade. Prazos que parecem incompatíveis com a actualização da situação creditícia comunicada pelas entidades financeiras ao Banco de Portugal, e que constará da Central de Responsabilidade de Crédito.

Além do aumento global de crédito concedido, há uma situação que está a preocupar o Gabinete de Protecção Financeira (GAF) da Deco, que é a quantidade de créditos acumulados por um mesmo consumidor, aprovados em intervalo de tempo muito curto, e, frequentemente, pela mesma instituição financeira.

Natália Nunes, coordenadora do GAF, adiantou ao PÚBLICO que em algumas situações "a contratação de novos empréstimos é praticamente mensal, e em montantes que, na maioria dos casos, começa em valores relativamente baixos, mas que rapidamente assumem valores elevados face à capacidade financeira dos devedores".

Os créditos sem finalidade específica acumulam-se muitas vezes com outros destinados a aquisição de bens ou serviços, como o crédito automóvel ou o "crédito *revolving*" (cartões de crédito ou outros descobertos bancários). Relativamente ao "crédito *revolving*", a responsável refere que este tem sido um meio para pagar, por exemplo, despesas de férias.

No crédito para outros fins é frequente, ainda de acordo com a coordenadora do gabinete da Deco – Associação para a Defesa dos Consumidor, encontrarem-se situações em que os novos pedidos se destinam a pagar outros em incumprimento ou em risco disso, nomeadamente quando há consolidação de vários créditos, mas também para fazer face a outras despesas, como "cauções de contratos de arrendamento".

A taxa anual nominal (TAN) dos créditos ao consumo são elevadas, e ainda mais a TAEG (taxa anual de encargos efectiva global), que tem em conta outros custos, nomeadamente de seguros. Em Junho, a TAN média do crédito ao consumo fixou-se em 9,52% e no crédito sem finalidade específica em 4,94%.

Créditos para pagar seguros

Numa boa parte dos novos créditos a particulares é exigida a contratação de seguros de vida para pagamento do empréstimo em caso de morte, invalidez e desemprego. Sendo cada vez mais frequente que esse seguro seja pago através de um novo crédito sem finalidade definida, a pagar mensalmente, com duração semelhante à do crédito principal.

E, claro, sempre que há uma renegociação do crédito principal ou um empréstimo novo, há um novo financiamento para outro seguro, com valores cada vez mais elevados.

O PÚBLICO teve acesso a dois casos de endividamento acelerado. Num deles, sempre na mesma instituição de crédito, foram feitas 11 comunicações à Central de Responsabilidade de Crédito (CRC), entre Agosto de 2022 e Dezembro de 2023, e noutro dez, mais recentes.

No primeiro caso, surgem três empréstimos de crédito pessoal, concedidos com a diferença de um dia, no montante de cerca de 2300 euros e 6400 euros, por oito anos, dois deles assinalados como tratando-se de renegociação regular (já vinham de trás), e um terceiro, de montante bastante mais reduzido – 800 euros (correspondendo a uma prestação de 12,50 euros) –, com a indicação de nova operação. Pelo valor, o terceiro empréstimo corresponderá, seguramente, ao valor do seguro.


Créditos acumulados por consumidor preocupam a Deco

Cerca de um mês depois, em Setembro, há nova comunicação relativa a uma renegociação regular, no montante de 6124 euros, e outro novo, de 824 euros, que deverá ser um novo seguro. Mas logo em Outubro há nova renegociação no montante de cerca de 3000 euros e, no mesmo dia, novo crédito de 417 euros. Ainda se verifica nova renegociação e novo crédito para o seguro até ao final de 2022, e mais duas em 2023.

O resumo do mapa da CRC, há cerca de dois meses, dava conta de um endividamento ligeiramente acima de 30 mil euros.

Há outro exemplo paradigmático pela sucessão de novos créditos, neste caso através de créditos pessoais e cartões de crédito com *free float* (período inicial sem juros) e sem *free float*, e vários empréstimos para seguros. Neste caso, o consumidor, juntamente com outro titular, tinha registado na CRC, no início de 2024, dois créditos com um valor aproximado de 31 mil euros, repartidos em partes praticamente iguais por um crédito à habitação e outro pessoal. Isoladamente, começa em 2023 a contrair dois novos empréstimos pessoais, um de 4200 euros, e outro, no mesmo dia, de 800 euros, em banco distinto do dos primeiros.

Seguem-se, no início do corrente ano, mais dois novos créditos pessoais, num novo banco, um no montante de 7200 euros e o outro, no mesmo dia, de 520 euros. Ainda nesta última instituição, e apenas dois meses depois, seguem-se mais duas novas operações de crédito pessoal, a primeira de quase 6000 euros, através de um cartão de crédito com *free float*, e outra mais reduzida, de 470 euros.

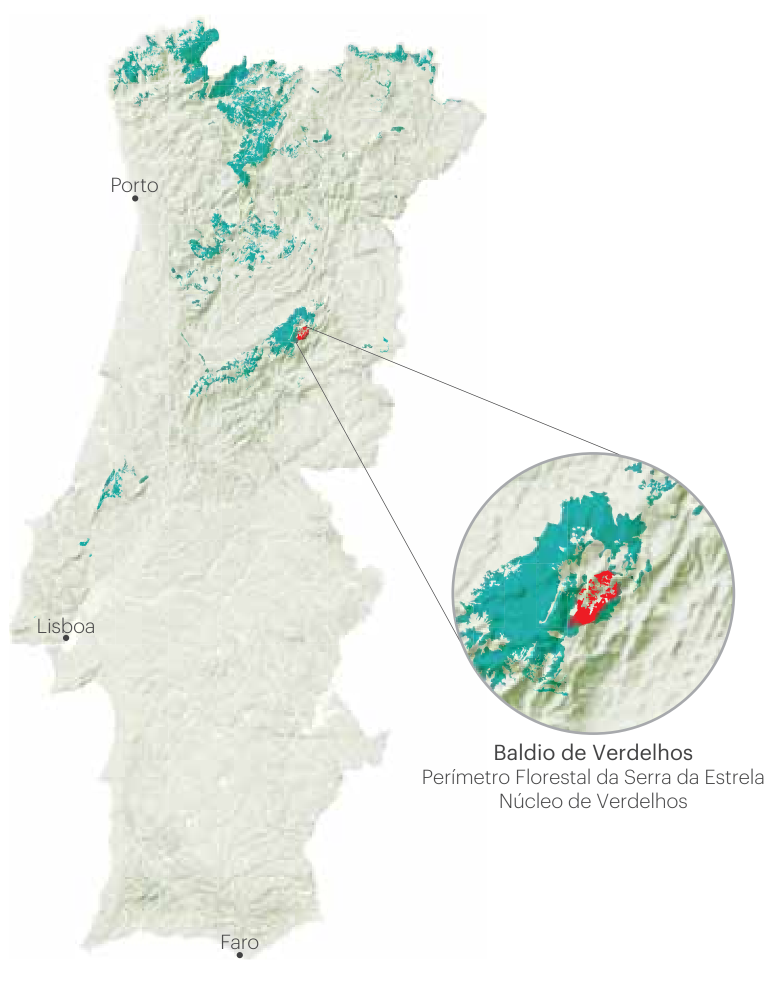
Mas o caso em análise não se fica por aqui. No início de Janeiro, aquele consumidor tinha pedido outro empréstimo, junto de outro banco, no montante de quase 3000 euros.

E o resumo do mapa da CRC é de 31 mil euros de créditos assumidos individualmente, mais 31 mil em conjunto com outro titular, repartidos por cinco bancos, entre os quais três dos maiores a operar em Portugal.



Ciência Área não escapou ao grande incêndio de 2022 na serra da Estrela

Baldios submetidos ao Regime Florestal



Fonte: ICNF PÚBLICO



O baldio de Verdelhos é a floresta que alimenta uma comunidade

No terceiro artigo de uma série de quatro histórias sobre as florestas, falamos sobre o baldio de Verdelhos, terra de todos, que protege a floresta, contribui para a economia local e serve as pessoas

Rita Cruz
(Carbon Forests Project)

Terra de todos, o baldio é uma forma de organização centenária. No coração da serra da Estrela, há um que muitos apontam como exemplo de boa gestão florestal. Mas não só: o baldio de Verdelhos alimenta toda uma comunidade. Num interior desertificado e numa região com memórias dolorosas de fogos florestais, o baldio de Verdelhos protege a floresta, contribui para a economia local e serve as pessoas que lá vivem.

"O pinheiro-bravo é abundante e tem um terreno fértil. É uma árvore que, além de ser característica desta zona, tem muita valência a nível socioeconómico para a economia local" – palavras de David Martins, presidente do baldio de Verdelhos. O pinheiro-bravo é uma das duas espécies dominantes na floresta portuguesa. Em Verdelhos, numa terra comunitária gerida pelas pessoas que lá vivem, o pinhal é uma das mais importantes actividades económicas.

Encaixada no vale do Beijames, a aldeia de Verdelhos vê-se, inteira, dos montes à volta. A freguesia do mesmo nome, do concelho da Covilhã, está totalmente integrada no Parque Natural da Serra da Estrela. Tem 500 habitantes, mas um baldio com mais de 2000 hectares.

Na beira da estrada, junto a uma área de pinhal, David Martins observa os trabalhos de limpeza do mato e explica que o pinheiro-bravo é um investimento a médio e longo prazo. Antigo motorista de transportes públicos é, desde 2018, o presidente do conselho directivo do baldio de Verdelhos.

Os baldios são formas centenárias de propriedade e gestão da terra. Na Região Norte e Centro subsistem ainda muitos, alguns geridos em parceria com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), outros sob gestão autónoma. Num baldio, ninguém é dono da terra. Todos se servem dela e todos participam na gestão. O baldio de Verdelhos tem uma assembleia de compartes, de que fazem parte todos os habitantes de Verdelhos, um conselho directivo e um conselho fiscal. "Os baldios são o tipo de gestão mais liberal que existe. Toda a comunidade tem um papel interventivo", explica David.

O presidente do baldio conhece bem a floresta e as dinâmicas desta comunidade. É natural desta terra de madeireiros e em criança passava as férias a trabalhar na floresta. "Acabas por adquirir muito conhecimento prático. É lógico que as universidades nos podem ensinar a parte teórica, mas a parte prática só no terreno é que se consegue desenvolver", conta. Foi assim, junto de pessoas mais velhas e experientes, que ganhou o gosto à floresta.

Os baldios são formas centenárias de propriedade e gestão da terra e Verdelhos é a prova viva da importância de espécies ditas resistentes para travar o avanço do fogo

Como evitar a catástrofe

Agosto de 2022 é um mês de má memória para a serra da Estrela. Perderam-se 28 mil hectares num incêndio que foi considerado o pior na região em quase 50 anos. O baldio de Verdelhos não foi poupado. A freguesia de que faz parte foi uma das mais afectadas: 78,2% da sua área ardeu. "O incêndio de 2022 foi catastrófico para nós. Veio varrer quase completamente toda a nossa mancha florestal", recorda David. O presidente do baldio garante, no entanto, que poderia ter sido pior: "Resta-nos aqui um bocadinho, graças às intervenções e graças à gestão florestal que tivemos antes do incêndio".

José Maria Saraiva, presidente da Associação Cultural Amigos da Serra da Estrela (ASE), recorda 2005, 2017 e 2022 como fogos muito violentos num ciclo muito curto. Um ano particularmente "terrível" foi o de 2017, que varreu a Região Centro, levando à morte de uma centena de pessoas e a perdas materiais e de património natural com poucos precedentes – "para além da emissão de carbono da vegetação, florestas e matas", acrescenta José Maria.

FOTOS: JOSÉ SÉRGIO



Olhando para o fluxo líquido de gases de efeito de estufa (GEE) da floresta portuguesa, a Zona Centro salta à vista. Na perda líquida de carbono do ecossistema florestal, calculado através da diferença entre emissões e remoções de emissões de CO2 equivalente (medida utilizada internacionalmente para criar uma equivalência entre todos os GEE e o CO2), a floresta desta região mostra um balanço negativo no período entre 2001 e 2023. Como mostrámos no primeiro artigo desta série, embora a floresta portuguesa seja um sumidouro de GEE, é também evidente que esse efeito é revertido em anos de grandes incêndios.

No rescaldo dos incêndios de 2022, a presidente da direcção da Quercus disse que a limpeza do coberto vegetal não tinha sido bem feita. Em declarações à agência Lusa, Alexandra Azevedo garantiu que esse processo de limpeza tinha acabado por destruir o bosque e, assim, bloquear o ciclo da água. A dirigente da Quercus reforçou, na altura, que o combate aos incêndios se faz também com árvores, especificamente aquelas que são resistentes ao fogo, como os carvalhos, as azinheiras, os freixos e as plantas arbustivas.

"Hoje, após um corte, eles limpam a floresta quase como um aspirador", concorda José Maria Saraiva. "O material lenhoso é matéria orgânica, tem que ficar lá porque as montanhas estão muito expostas à erosão. Depois das árvores serem cortadas é importante que fiquem lá os resíduos para recuperar o solo, evitar a erosão, barrando o caminho à dinâmica das águas, fazendo com que estas façam a recarga dos lençóis freáticos, em vez de arrastar tudo à sua frente como tem sucedido.

Reduzindo a dimensão do material lenhoso, estamos a acelerar o seu processo de decomposição e, ao mesmo tempo, a minimizar os riscos de combustividade, porque o material apodrece mais rápido e ajuda a recuperar o solo. Se retirarmos esse material, não há possibilidades de as montanhas recuperarem da perda de solo, ficando cada vez mais estéreis, por falta de terra que garanta o suporte da vegetação", explica o presidente da ASE, que acrescenta que já tinha alertado para os perigos desta limpeza indiscriminada.

A presença de árvores mais resistentes ao fogo é, para a ASE, vital. José Maria Saraiva conta que em 2022, nos lugares em que havia esse tipo de espécies, elas foram capazes de travar a progressão das chamas, que baixaram à manta morta, um mundo de microorganismos que vive por baixo de folhas e árvores caídas no solo e concentra um teor de humidade elevado, capaz de retardar o avanço das chamas e facilitar o combate. José Maria não se conforma com a perda desse património natural no processo de limpeza: "Em termos de biodiversidade, foi uma perda irreparável tudo aquilo que se fez aqui."

A preocupação com a erosão causada pelos incêndios e a necessidade de criação de uma manta morta que permita a regeneração do solo não é assunto novo. Há quase 20 anos, em 2005, José Maria Saraiva, citado pelo *Diário de Notícias*, dizia que era urgente colocar taludes e criar vegetação nas encostas.

Olhando para trás, José Maria é categórico: "Ninguém fez nada. E em 2017 também ninguém fez nada". "As ZIF [Zonas de Intervenção Florestal] não fizeram nada. A única coisa que fizeram foi as faixas de contenção, irracional nalguns casos, junto às localidades e junto a alguns povoamentos. O que é preciso fazer não é essa limpeza, mas alterar o modelo de povoamento. É ir reduzindo os povoamentos de pinheiro-bravo, compartimentando-os com outras espécies. A única intervenção que houve foi precisamente as faixas de contenção, a limpeza, ou seja, não houve povoamento, não houve plantações, não houve nada", lamenta. A ASE mostra-se ainda muito preocupada com um contínuo processo erosivo, criado pela retirada de madeira com maquinaria que cria nas encostas canais de escoamento.

Verdelhos é prova viva da importância de espécies ditas resistentes. David Martins e José Manuel Seguro, vice-presidente do baldio, apontam para uma encosta coberta de castanheiros e desenham o trajecto do incêndio de 2022. Os dois contam que as chamas morreram ali, frente àquela fortaleza natural, que não deixou o fogo avançar, conservando, do outro lado, terrenos e casas intactos.

De frente para o vale, os dois vão nomeando as diferentes espécies de árvores que dali se vêem: azinheiras, carvalhos, castanheiros e, claro, pinheiros. As três primeiras pertencem ao grupo das folhosas e, segundo David, surgiram ali por regeneração natural. O pinheiro, uma árvore resinosa, cumpre, explica, uma função essencial: "O pinheiro está a fazer a protecção da folhosa. Mais tarde, a resinosa é cortada e fica a folhosa no seu habitat natural, porque cresceu aqui encostada sob protecção do pinheiro". Para além desta regeneração natural de folhosas para criar uma descontinuidade entre os pinheiros-bravos, o baldio aposta nas faixas de gestão de combustível. "Imagine que um hectare tem 500 pés de folhosas: nós pomos 300 nas faixas de gestão", explica David Martins.

As faixas de gestão de combustível são áreas de onde é retirada parte ou toda a biomassa vegetal, com o objectivo de controlar a progressão de um eventual incêndio. "Graças a esta intervenção, conseguimos controlar o fogo", diz David, recordando o último grande incêndio. "Os bombeiros só intervieram porque tinham condições de segurança para fazê-lo".

As faixas são bem visíveis nas encostas de Verdelhos. São corredores largos com muito pouca vegetação, algum mato rasteiro, entre pinheiros altos dos dois lados. Estas medidas são tão mais importantes quando falamos de uma espécie que, como explica o Centro Pinus, representante da fileira industrial do pinho, é bastante combustível. "Regra geral, podemos simplificar e dizer que o eucalipto e o pinheiro-bravo são ambos espécies que podem ser muito combustíveis e que áreas muito grandes de pinheiro e eucalipto sem descontinuidade não são interessantes", diz a directora executiva da associação, Susana Carneiro.

Parte desta estratégia de resistência aos incêndios é também a prática de fogos controlados. O grupo de peritos em incêndios rurais, que analisou os incêndios de 2022 na serra da Estrela, salientou precisamente esta prática, dizendo que os fogos controlados no pinhal do baldio de Verdelhos terão possivelmente ajudado as operações de combate ao fogo. Nesse mesmo relatório, publicado na Primavera de 2023, os peritos elencam várias críticas à prevenção do fogo na região.

Este trabalho de gestão e, especificamente de protecção contra o fogo, foi, segundo David Martins, sendo dificultado pelo ICNF no tempo em que o baldio esteve em co-gestão, até 2019. "A experiência com eles foi um ano. A comunidade viu logo que não valia a pena. A melhor coisa foi sairmos", diz, categórico, David Martins. A comunicação com o instituto, garante, foi sempre difícil e vários pedidos do baldio ficaram sem resposta concreta.

O ICNF mostrou-se indisponível para qualquer entrevista de viva voz, mas ofereceu-se para responder por escrito. No que toca às críticas do baldio de Verdelhos ao posicionamento do ICNF enquanto co-gestor, o instituto assegura que "esteve disponível para as diferentes abordagens solicitadas pelos baldios do ponto de vista técnico, elucidando sempre as vantagens ou desvantagens de opções técnicas do ponto de vista de gestão silvícola" e, acrescenta, "existe um permanente contacto entre os técnicos operacionais do ICNF e os representantes dos baldios".

As queixas do baldio de Verdelhos encontram eco noutros baldios do país. A Federação Nacional de Baldios – Baladi fala numa "clara falta de comunicação" e num " afastamento relativamente às preocupações das comunidades e à gestão dos territórios". Como consequência, dizem, há muitos baldios a abandonar a co-gestão.

O baldio de Verdelhos contribui, por outro lado, para reavivar alguma da economia da região. Estes 2000 hectares representam não só recursos para a pastorícia e agricultura e investimentos em pequenas infra-estruturas, mas também criam emprego. Embora sendo uma pequena organização, encomenda serviços regularmente, como trabalhos de limpeza de mato e de gestão da rede viária florestal. O que em tempos idos foi, nas palavras do presidente do baldio, "o sustento dos povos" pode bem voltar a sê-lo – pelo menos no caso de Verdelhos.





Carbon Forests Project
Esta investigação foi desenvolvida pelos jornalistas Rita Cruz, Louisa Bouri-Saouter e Kai Rüsberg. Rita Cruz é jornalista *freelancer* e vive e trabalha actualmente em Gotemburgo, Suécia, assim como Louisa Bouri-Saouter, jornalista francesa a viver em Estocolmo. Kai Rüsberg trabalha como jornalista para o serviço público de rádio e televisão ARD, na Alemanha





Saiba mais sobre ambiente em publico.pt/azul

Como a música está a salvar o Verão (e a Baixa) de Coimbra

Despida de comércio, a Baixa de Coimbra conhece por estes dias uma nova vida. São concertos a transformar os espaços, com a ajuda de quem lá mora

Paula Sofia Luz

Uma roda de amigos com pronúncia coimbrã interrompe as gargalhadas da conversa para refrescar a garganta, ao mesmo tempo que um bando de miúdos desce, apressado, a imponente escadaria do Salão Brazil. "'Bora ver a capoeira?" É sexta-feira e o grupo despede-se de uma semana de actividades intensa, entre oficinas à volta da cultura hip-hop: dança, escrita, arte e *beatbox*, tudo aquilo que o movimento Roda o Centro (RoC) tem vindo a promover todas as semanas, no Skate Park de Coimbra, sob o viaduto da Ponte Rainha Santa Isabel.

Ali, no Largo do Poço, os clientes da esplanada não sabem desses movimentos. A maioria vive nas imediações, nas ruas da Baixa que foram ficando desertas: primeiro de moradores, depois de comércio. E, por isso, toda a correria, gritos e risos das crianças sabe a brisa fresca no calor infernal de Agosto em Coimbra, este ano adensado pelas obras que reviram toda a cidade. "Quando isto acabar, e as pessoas sentirem falta, quer dizer que cumprimos uma parte da nossa missão", diz ao PÚBLICO João Ricardo Silva, o músico fundador da Blue House, a plataforma que em 2019 criou "uma mostra da cultura da zona centro" – a Epicentro –, interrompida pela pandemia. Quando regressou, mudou de vida. Passou a acontecer no Verão (em vez de nas férias da Páscoa, e na Baixa, em vez da Alta), de braço dado com a programação do município de Coimbra, o Verão a 2 Tempos. É assim que nascem estes dois meses que transformam a Baixa de Coimbra não apenas num palco, mas numa atmosfera artística. É disso que se trata, afinal – de transformação.

"Depois da pandemia voltámo-nos muito para a cidade", conta João Silva, JoRi, como todos o tratam por ali. Passou o dia a esticar fios, a montar o palco, a facilitar a vida dos muitos que trabalham para que, ao final do dia, cada espectáculo pareça tão natural como a beleza da Praça do Comércio. Horas antes de se sentar connosco a rememorar o longo caminho percorrido desde os tempos de caloiro na Faculdade de Ciências, onde estudou Química, detém-se por alguns instantes na esplanada do Coola Boola para assistir ao primeiro momento da tarde – a "Conversa na Baixa", desta vez sobre a história do hip-hop português, com o autor do livro *Hip-hop Tuga – Quatro Décadas de Rap em Portugal*, Ricardo Farinha.

Do rockabilly ao hip-hop

Mais atrás, a empregada da Casa Santiago assoma à porta para perceber do que se trata. Ali vendem-se recordações de Portugal inteiro. Malas de cortiça alentejana convivem com camisolas da selecção nacional de futebol e postais da cidade, do rio Mondego. Famílias de emigrantes param para ver, divididas entre o mercado da saudade e o que diz Ricardo Farinha ao locutor da RUC, Carlos Brás, que conduz a conversa. Um casal de ingleses acaba por se sentar, a ouvir, num esforço curioso para compreender o que se diz. Já entrara lá dentro, no espaço que suporta a esplanada, um misto de café e loja (*concept store*), rendido ao *glamour* do design retro e *vintage*. Como se fosse possível viajar no tempo e encontrar ali os Tédio Boys, e toda a atmosfera rockabilly que dominava Coimbra nos anos 90. Quando a Praça do Comércio fervilhava ainda de tudo o que lhe deu o nome.

Não se sabe ao certo quantas pessoas ainda moram na Baixa de Coimbra, ou quantas lojas fecharam nos últimos anos. Atravessamos as ruas estreitas até desembocarmos no Largo do Poço, onde o grupo de amigos de meia-idade continua a pedir bandejas de cerveja fresca ao sorridente asiático proprietário da mercearia e da esplanada.

Promover a Baixa pela arte

Quando se abre a porta do Salão Brazil, os putos parecem mesmo bandos de pardais à solta. Porque é sexta-feira e acabam agora as oficinas da semana. Vêm os pais, também. E seguem juntos até à Praça, e depois até ao Largo do Romal, onde está prestes a começar a Roda de Capoeira, promovida pela Desperta Capacidade – Associação Desportiva, Recreativa, Cultural e Social, que se dedica a "promover o desenvolvimento e o bem-estar social e incentivar a consciência cívica, trabalhando áreas como a cultura, a recreação, a sensibilização social e o desporto".

Por instantes, o calor de Agosto, o batuque e o canto remetem público e artistas para o outro lado do oceano, mesmo que alguns só tenham vindo do outro lado do rio. Outros vieram da montanha. Foi o caso de Catarina



Concertos de A Garota Não com o Coro das Mulheres da Fábrica (em cima) e Bandua (em baixo): a programação, que começou no início de Julho, estende-se até dia 1 de Setembro






TIAGO CERVEIRA

Pires, que lidera agora a associação Há Baixa. É natural da Covilhã, veio para Coimbra estudar História da Arte e, terminado o curso, acabou por ficar. É esta colectividade que dinamiza as oficinas para o público infantil, e que tem vindo a devolver vida – e às vezes esperança – aos que foram ficando, a maioria idosos.

Uma das portas que abriu foi o Coro BaixaVoz, que nesta edição do Epicentro/Verão a 2 Tempos já actuou com os Bandua. Catarina elege esse momento como o mais marcante, para ela, que também integra o coro.



O mesmo acontece com Assunção Ataíde, a presidente da Agência para a Promoção da Baixa de Coimbra (APBC). Nunca morou na Baixa, mas sente-a como sua desde sempre. Nos últimos anos ainda mais, desde que abriu A Camponeza, uma garrafeira no Largo do Poço, mesmo ao lado do Salão Brazil. Desde que chegou à Agência, ancorada na assessora Aurélia Vidal, imaginou que "a nossa caminhada tinha que ser pela arte e pela cultura". Os olhos brilham quando fala de tudo o que tem acontecido entre a Praça do Comércio e as ruas à volta, da mistura de culturas e géneros artísticos que ali confluem. Gosta de ver as instalações que alguns artistas fizeram nas montras de lojas fechadas, acalenta a esperança de as ver reabrir. Quando olha para a programação deste ano, sublinha "a importância das parcerias". "Antigamente, achava-se que o segredo era a alma do negócio. Hoje está demonstrado que são as parcerias que fazem a diferença. E o que eu acho é que estes projectos vão criando raízes, e hão-de dar frutos."

Uma casa no Salão Brazil

Na semana dedicada ao hip-hop, encontramos José Miguel Pereira entre uma residência artística e o fim da oficina infantil, no segredo mais bem guardado do Salão Brazil: um alpendre, no topo do edifício, que já teve muitas vidas (uma panificadora, há quase 100 anos, uma pensão e um salão de jogos), mas que renasceu como casa do Jazz ao Centro Clube (JACC) em 2012. Até então, o clube de jazz nascido no Bairro Norton de Matos não descera ainda ao coração da cidade. Agora, no Epicentro/Verão a 2 Tempos, é ali a casa das residências artísticas.

José Miguel sublinha também a curadoria de alguns espectáculos, para lá do apoio técnico e logístico. Mas o que mais destaca neste projecto é a mudança, quase metamorfose, que conseguiu fazer nascer: "Juntar tantas entidades e associações distintas." O dirigente do JACC acredita que essa é a chave "para chegar às pessoas envolvidas, e não apenas ao público em geral". E essa é, também, a tónica em que João Ricardo Silva insiste.

"Nós até poderíamos optar por criar aqui um ou outro espectáculo de massas, com nomes sonantes. Mas não é isso que nos interessa. É importante que os artistas que por aqui passam sintam o que se passa nesta cidade, na Baixa, que falem dela e que voltem. No fundo, que sejam eles embaixadores da cidade." Foi isso, aliás, que aconteceu com a residência artística d'A Garota Não, em Julho passado, culminando com um espectáculo "inesquecível", com o Coro das Mulheres da Fábrica, outro projecto nascido em Coimbra. A Garota (Cátia Oliveira) não conseguia falar de outra coisa nos dias seguintes, nomeadamente nas suas redes sociais.

Entre a organização, ouve-se não raras vezes o nome de Rafael Nascimento, responsável pela Divisão Cultural do município de Coimbra. Há um um antes e um depois da chegada deste programador, ele próprio rendido à Baixa da cidade, que conhecia pouco. Ninguém diria. Dois anos depois de trocar Arruda dos Vinhos por Coimbra, é um dos empenhados em "construir uma lógica de sustentabilidade" neste projecto de Verão. Olha para ele como forma de "capacitar os vários agentes, nomeadamente quem mora e trabalha na Baixa", mesmo que não acredite em milagres: "Aqui há problemas mais complexos do que alguma vez a cultura pode ambicionar resolver. Mas este projecto pode ser um pontapé de saída, o início de algo transformador."

Ao cair da noite, depois do hip-hop e da capoeira, será a vez de o jazz "subir ao palco", que é como quem diz, às escadas do Quebra-Costas, no âmbito da parceria com a 15.ª edição do Festival das Artes Quebra Jazz. Numa autêntica noite de Verão, actuaram os Themandus?, grupo de Afonso Boucinha Silva, Ricardo Alves e Eduardo Carneiro Dias. A programação, que começou no início de Julho, estende-se até dia 1 de Setembro.

Desporto "Dragões" entram da melhor forma na nova época



FC Porto 3
Galeno 30' (gp), Iván Jaime 59', Namaso 70' (gp)



Gil Vicente 0

Estádio do Dragão, no Porto.
Espectadores 46.813

FC Porto Diogo Costa; Martim, Zé Pedro, Otávio, Galeno; Alan Varela, Eustáquio (Vasco Sousa, 60'); Gonçalo Borges (Pepê, 60'), Nico González (André Franco, 82'), Iván Jaime (Evanilson, 82'); Namaso (Navarro, 75').
Treinador Vítor Bruno

Gil Vicente Andrew; Zé Carlos, Buatu, Rúben Fernandes, Sandro Cruz 55' 76'; Touré (Mutombo, 74'), Gbane, Dominguez (Josué, 75' 87'), Félix Correia (João Pinto, 90+2'); Fujimoto (Sithole, 66'), Aguirre (Depú, 66').
Treinador Carlos Cunha

Árbitro Cláudio Pereira (AF Aveiro)
VAR Vasco Santos (AF Porto)

MANUEL FERNANDO ARAUJO/EPA



Borges, Galeno e Namaso festejam o primeiro golo

FC Porto goleia Gil Vicente e assume liderança da Liga

Galeno e Namaso marcaram de penálti, com Iván Jaime a justificar a titularidade com novo golo. Gilistas acabaram reduzidos a dez sem capacidade para reagir

Crónica de jogo

Augusto Bernardino

Dois anos de jejum, sem reforços, com Galeno incerto e ainda sem Pepê e Evanilson no "onze" inicial. Foi desta forma que o FC Porto iniciou a Liga 2024-25 com um triunfo claro (3-0) frente ao Gil Vicente, opositor que surpreendera nas duas épocas anteriores no Dragão.

Depois da Supertaça, Galeno e Iván Jaime voltaram a marcar. Namaso também ajudou à goleada com o segundo penálti dos portistas, que só no início da segunda parte tremeram, acabando por garantir o primeiro lugar do campeonato.

Vítor Bruno fez alterações relativamente à Supertaça – troféu conquistado frente ao Sporting –, deixando João Mário e Grujic de reserva no banco, para apostar em Eustáquio e Iván Jaime de início, rearranjando o desenho táctico. Martim começou como acabou em Aveiro, na direita, tal como Galeno, a monitorizar todo o corredor contrário, enquanto Iván Jaime pisava espaços mais interiores e Eustáquio ocupava a sua posição natural.

A vénia a Pepe

Respondeu o Gil Vicente com um 4x4x2 que tendia a formar uma linha de seis homens na defesa, deixando apenas Fujimoto no apoio directo a Jorge Aguirre, na frente, onde se notou a ausência de Pepe, o central que anunciou o final de carreira esta semana. Na verdade, Pepe esteve bem presente no estádio, provocando um momento emotivo no Dragão, com as bancadas de pé ao terceiro minuto para a devida vénia ao antigo "capitão".

Emoções à parte, seria preciso esperar quase meia hora para o momento que determinou a vantagem portista. Nico González já tinha ameaçado num cabeceamento e voltou a surgir em zona de definição para provocar o erro de Buatu, com o defesa angolano a desviar a bola com a mão. Pecado que levou o VAR a alertar o árbitro para o potencial penálti confirmado pelas imagens. Galeno colocava os "dragões" em vantagem, expondo as fragilidades gilistas, tendo estado iminente o segundo golo dos "azuis e brancos", que acabou por não surgir.

Gilistas tentam, mas falham

E esse facto revelar-se-ia decisivo para a forma mais ousada como o Gil Vicente pôde abordar a segunda parte, que arrancou com a equipa de Barcelos a criar um par de lances de perigo, explorando algumas incongruências da defesa portista.

Na prática, nada de concreto resultou dessa tentativa de intimidar os "dragões", pelo que o FC Porto reassumiu o controlo, construiu alguns ataques com finalizações na área e ampliou a vantagem em mais um golo de Iván Jaime (59').

Com mais 30 minutos para garantir uma vitória sólida no arranque da época 2024-25, Vítor Bruno chamou Pepê e Vasco Sousa. E o jogo voltou a conhecer um único sentido, sublinhado por novo golo de penálti a punir entrada do guardião Andrew aos pés de Nico González, tendo Danny Namaso assumido a conversão que colocava o FC Porto provisoriamente na liderança da Liga.

O terceiro golo e a expulsão de Sandro Cruz (seis minutos depois) levaram o Gil Vicente ao tapete, com Carlos Cunha, treinador interino – Tozé Marreco abandonou o cargo esta semana –, a ver qualquer tentativa de reacção estratégica esvaziar-se por completo.

Até final, o FC Porto continuou à procura do quarto golo, que esteve na iminência de surgir num par de ocasiões mas que acabou por não aparecer. Mesmo assim, o FC Porto garantiu uma entrada forte, para além da reabilitação de activos como Iván Jaime, cada vez mais identificado com o "dragão".

Positivo/Negativo



Iván Jaime
Novo golo a superar já os números da última época, de má memória para o espanhol, que acabou afastado do grupo por Sérgio Conceição.

Nico González
Assume-se cada vez mais como o cérebro da equipa e também como uma das unidades mais incisivas, com muita presença no último terço. Não marcou, mas conquistou a segunda grande penalidade.

Martim
Em destaque na primeira parte, com iniciativas que catapultaram os portistas na fase mais complicada, em que havia um muro para derrubar.

Buatu
Desencadeou a derrocada ao provocar um penálti que permitiu ao "dragão" libertar-se do espartilho dos gilistas.

Sandro Cruz
A expulsão apenas confirmou o destino que o FC Porto já havia traçado. Mas o lateral poderia ter evitado aquela entrada que deixou o Gil ainda mais diminuído.

I Liga

Jornada 1

Sporting-Rio Ave	**3-1**
AVS-Nacional	**1-1**
Casa Pia-Boavista	**0-1**
FC Porto-Gil Vicente	**3-0**
Estoril-Santa Clara	**15h30, SPTV**
Farense-Moreirense	**18h, SPTV**
Famalicão-Benfica	**18h, SPTV**
Sp. Braga-Est. Amadora	**20h30, SPTV**
Arouca-Vitória SC	**seg, 20h15, SPTV**

	J	V	E	D	M-S	P
1 FC Porto	1	1	0	0	3-0	3
2 Sporting	1	1	0	0	3-1	3
3 Boavista	1	1	0	0	1-0	3
4 Nacional	1	0	1	0	1-1	1
5 AVS	1	0	1	0	1-1	1
6 Arouca	0	0	0	0	0-0	0
7 Sp. Braga	0	0	0	0	0-0	0
8 E. Amadora	0	0	0	0	0-0	0
9 Vitória SC	0	0	0	0	0-0	0
10 Benfica	0	0	0	0	0-0	0
11 Famalicão	0	0	0	0	0-0	0
12 Santa Clara	0	0	0	0	0-0	0
13 Moreirense	0	0	0	0	0-0	0
14 Estoril	0	0	0	0	0-0	0
15 Farense	0	0	0	0	0-0	0
16 Casa Pia	1	0	0	0	0-1	0
17 Rio Ave	1	0	0	1	1-3	0
18 Gil Vicente	1	0	0	1	0-3	0

Próxima jornada Santa Clara-FC Porto, Gil Vicente-AVS, Rio Ave-Farense, Nacional-Sporting, Benfica-Casa Pia, Moreirense-Arouca, Vitória SC-Estoril, Boavista-Sp. Braga, E. Amadora-Famalicão

II Liga

Jornada 1

Marítimo-Tondela	**2-2**
Mafra-P. Ferreira	**0-1**
Leixões-Benfica B	**2-1**
Ac. Viseu-Desp. Chaves	**2-1**
Penafiel-Oliveirense	**11h, SPTV**
Torreense-Feirense	**14h, SPTV**
FC Porto B-Alverca	**18h, PC**
U. Leiria-Vizela	**20h30, SPTV**
Felgueiras-Portimonense	**qua, 17h, SPTV**

	J	V	E	D	M-S	P
1 Leixões	1	1	0	0	2-1	3
2 Ac. Viseu	1	1	0	0	2-1	3
3 P. Ferreira	1	1	0	0	1-0	3
4 Tondela	1	0	1	0	2-2	1
5 Marítimo	1	0	1	0	2-2	1
6 Oliveirense	0	0	0	0	0-0	0
7 Penafiel	0	0	0	0	0-0	0
8 Felgueiras	0	0	0	0	0-0	0
9 Torreense	0	0	0	0	0-0	0
10 Feirense	0	0	0	0	0-0	0
11 FC Porto B	0	0	0	0	0-0	0
12 Portimonense	0	0	0	0	0-0	0
13 Alverca	0	0	0	0	0-0	0
14 U. Leiria	0	0	0	0	0-0	0
15 Vizela	0	0	0	0	0-0	0
16 Mafra	1	0	0	1	0-1	0
17 Desp. Chaves	1	0	0	1	1-2	0
18 Benfica B	1	0	0	1	1-2	0

Próxima jornada Alverca-Felgueiras, Oliveirense-Mafra, Portimonense-U. Leiria, P. Ferreira-Marítimo, Feirense-Ac. Viseu, Vizela-Penafiel, Desp. Chaves-Leixões, Benfica B-Torreense, Tondela-FC Porto B

MELHORES MARCADORES

I Liga
2 golos Pedro Gonçalves (Sporting) **1 golo** Clayton Silva (Rio Ave), Ivan Jaime (FC Porto) ...

II Liga
2 golos Roberto (Tondela) **1 golo** Martim Tavares (Marítimo), Patrick (Marítimo)

O Manchester City corrigiu a trajectória e, desta vez, conquistou a Supertaça nos penáltis

Nuno Sousa

Em dia de aniversário, Bernardo Silva fez o golo da igualdade diante do United aos 89'. Foi o sétimo troféu dos *"citizens"* na prova

Há um ano, a Supertaça inglesa terminou com um empate no tempo regulamentar (1-1), fruto de dois golos apontados já na recta final da partida disputada em Wembley. A decisão resvalou, então, para o desempate por penáltis e o Arsenal levantou o troféu, para desilusão do Manchester City. Ontem, só mudaram os protagonistas – pelo menos alguns. No mesmo palco, em Londres, o City e o Manchester United chegaram ao fim dos 90 minutos empatados (1-1), um resultado também construído no último fôlego, e houve recurso a grandes penalidades. Desta vez, os *"citizens"* levaram a melhor e conquistaram a prova pela sétima vez (7-6).

No encontro que abriu a temporada 2024-25 do futebol em Inglaterra, jogou-se toda a primeira parte entre dois dos gigantes do país (e da Europa) sem que se registassem remates enquadrados. O City, em 4x2x3x1, com Ruben Dias a titular e Bernardo Silva no banco, tinha mais posse e mais acções com bola, mas o United, em 4x3x3, com Casemiro imponente a ocupar o corredor central, ia controlando sem especiais problemas o ímpeto do rival.

Com Dalot à direita (a dar conta de Jérémy Doku) e Bruno Fernandes no meio-campo, os *"red devils"* viram a pressão do adversário acentuar-se no segundo tempo, mas as soluções para mexer com o marcador tiveram de saltar do banco. O primeiro a receber ordem de entrada foi o argentino Alejandro Garnacho: aos 59', entrou para o lugar de Amad Diallo e aos 82' inaugurou o marcador. Numa transição ofensiva, acelerou pela direita, puxou para dentro e finalizou de pé esquerdo.

A "meta" estava já à vista e os defesas do City puseram as mãos na cabeça. Só que, dois minutos antes do golo, tinha sido lançado Bernardo Silva para o lugar de James McAtee. E seria o português a salvar os *"citizens"* da derrota, ao aproveitar um cruzamento de Oscar Bobb para, de cabeça, finalizar da melhor forma e forçar o desempate através da marcação de grandes penalidades.



Bernardo Silva

O City travava aquela que seria a 22.ª Supertaça da história do United (recordista) e conquistava a prova pela sétima vez, a terceira desde 2017

No dia do 30.º aniversário, Bernardo Silva oferecia uma prenda ao City, mas também levantaria dúvidas junto dos adeptos, quando falhou o primeiro pontapé da marca dos 11 metros. Seguiu-se Bruno Fernandes, que não desperdiçou, bem como Diogo Dalot, mas Sancho e Evans acabariam por devolver a vantagem ao rival, que não tremeu mais – e contou com remates bem-sucedidos de Matheus Nunes, Ruben Dias e até do guarda-redes Ederson.

O triunfo estava assegurado. O City travava aquela que seria a 22.ª Supertaça da história do United (recordista da competição) e conquistava a prova pela sétima vez, a terceira nas últimas sete edições.

"Claro que sabe bem começar a época a ganhar, até porque perdemos aqui nos últimos anos. É mais um troféu e ficamos sempre felizes por conquistar troféus. Tivemos uma temporada longa e ainda não temos toda a equipa de volta, mas é bom começar desta forma", assinalou Ruben Dias, em declarações à BBC, antes de acrescentar: "A forma como jogámos, o facto de termos concedido um golo e ainda termos sido capazes de empatar. Estou muito orgulhoso."

BARTOON LUÍS AFONSO









SNS, para o ano é que é

Não é o fim do mundo



Pedro Adão e Silva

Os problemas dos sistemas de saúde são estruturais e resultam da ação combinada de transformações positivas e de dificuldades específicas. O aumento da esperança média de vida, o desenvolvimento tecnológico e a complexificação das respostas são constrangimentos muito positivos que explicam parte da pressão sobre o sistema, enquanto a capacidade de atrair e manter profissionais fragiliza de forma sistemática a resposta da rede. Escrevo sistema porque o problema não se circunscreve ao Serviço Nacional de Saúde português, mas, pelo contrário, suscita uma questão de fundo: como é que, nas nossas sociedades, financiamos uma despesa com saúde que crescerá sempre a um ritmo muito significativo?

Aliás, ao contrário do que por vezes se diz, em Portugal só se pode mesmo falar de uma trajetória de muito investimento em saúde, quer do Estado, quer das famílias. Nos últimos dez anos, o orçamento do SNS cresceu 72%, sendo hoje de 13,5 mil milhões de euros. Um ritmo que está longe de ser acompanhado por outras áreas sociais – da educação à proteção social. Este crescimento traduz-se, em particular, num aumento do número de profissionais do setor (face a 2015, são mais 29.500 – dos quais 6000 são médicos e 12.000 enfermeiros).

Mas se a despesa pública tem aumentado, o mesmo é verdade em relação ao esforço privado: Portugal é um dos países onde este é mais elevado (acima dos 35% dos gastos totais, quando a média da OCDE é de cerca de 24%) e esse peso tem aumentado (de acordo com a conta-satélite da saúde, em 2023, a despesa corrente privada com saúde cresceu 6,6%). Hoje, 10% do nosso PIB é gasto em saúde, o que nos coloca em sexto lugar no *ranking* da UE.

Desculpem a insistência nos números, mas eles permitem afirmar que nem tudo está mal ou a piorar (temos hoje muito mais consultas nos cuidados primários e hospitalares, mais cirurgias feitas e – especificidade nacional que continuamos a agravar – muito mais episódios de urgências nos hospitais). Sintomaticamente, a esperança média de vida sobe e a mortalidade infantil desce. Só que, como é óbvio, subsistem problemas profundos, que não têm resposta fácil. O que temos assistido nas urgências de obstetrícia neste verão é, a este respeito, paradigmático.

DANIEL ROCHA



> **Falar de caos no SNS sempre correspondeu a uma visão apocalíptica do sistema, que não faz justiça à resposta quotidiana que é dada**

Falar de caos no SNS sempre correspondeu a uma visão apocalíptica do sistema, que não faz justiça à resposta quotidiana que é dada, do mesmo modo que anunciar a solução dos problemas que persistem num ápice é um assomo de infantilidade política que produz sempre um efeito de ricochete. É o que está a acontecer agora a Luís Montenegro, depois de em maio ter acenado com um plano que iria dar "resposta urgente e imediata aos constrangimentos do SNS".

Ora, não só não é possível dar uma resposta imediata aos problemas, como interromper o lento caminho de ganhos de eficiência na gestão (o objetivo da Direção Executiva do SNS, até agora presidida por Fernando Araújo) e enveredar por apresentações de PowerPoint que anunciam mundos de facilidades teria sempre consequências. Aliás, por estes dias, o Presidente da República aproveitou logo para dar um daqueles abraços de urso que se revelarão politicamente fatais: "Espero que a situação deste ano não se verifique para o ano que vem."

Ninguém pode exigir que os problemas na saúde se resolvam de um dia para o outro, mas convinha que eles não piorassem (infelizmente, foi o que aconteceu nas urgências obstetrícias neste verão). E sabem qual é a forma de piorar sempre as respostas das políticas públicas? É fazer tábua rasa do que foi feito, descontinuar processos e lideranças e fazê-lo sem qualquer alternativa preparada. Exatamente o que aconteceu agora na saúde.

Colunista



